



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

TAMIRES DE CAMPOS RIOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: Atuação do CREAS Raimunda
Simões de Oliveira sob a demanda de violência doméstica contra a mulher,
viabilizando a construção de estratégias de ruptura do ciclo de violência doméstica

CACHOEIRA-BA

2019

TAMIRES DE CAMPOS RIOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: Atuação do CREAS Raimunda Simões de Oliveira, sob a demanda de violência doméstica contra a mulher, viabilizando a construção de estratégias de ruptura do ciclo de violência doméstica

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do recôncavo da Bahia (UFRB), para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

CACHOEIRA-BA

2019

TAMIRES DE CAMPOS RIOS

Violência doméstica contra a mulher: Atuação do CREAS Raimunda Simões de Oliveira sob a demanda de violência doméstica contra a mulher, viabilizando a construção de estratégias de ruptura do ciclo de violência doméstica.

Cachoeira – BA, aprovada em 08/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Thais Joi Martins

Prof^a Dra. Thais Joi Martins

Presidente da Banca Examinadora

Flávia da Silva Clemente

Prof^a Dra. Flavia da Silva Clemente

Membro da Banca Examinadora

Ana Mércia Silva Santos

Ana Mércia Silva Santos

Membro da Banca Examinadora

Tamires de Campos Rios

Tamires de Campos Rios

Discente

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Deus, por me conceder a oportunidade de viver um sonho que não é só meu, mas de todos que me amam. Portanto, compartilho esse momento da minha vida com todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que esse momento fosse concretizado. Acredito que será o primeiro passo de realizações e conquistas na minha vida.

Dedico este momento aos amores da minha vida, a minha mãe Neusa, por todo esforço que sempre fez e pelo que continua fazendo por mim, a você o meu eterno amor. Ao meu pai Artur por sempre se dedicar a mim, sempre está lado a lado junto comigo. Saibam que não tenho palavras que representem o que vocês significam na minha vida, e seria impossível sem vocês tornar esse momento especial. Minha base, amo vocês demais.

Sou grata também aos meus irmãos Ícaro e Milena, por toda força e incentivo dado até aqui. Vocês são essenciais na realização de todos os meus objetivos. Aos meus primos, tios, tias, padrinhos, a minha sogra por todo amor e incentivo, e ao meu namorado Ítalo por todo apoio e carinho, tenho um amor enorme por vocês.

À Universidade quero deixar uma palavra de gratidão, por ter me recebido de braços abertos, e por ter me permitido conhecer pessoas maravilhosas, como os meus amigos que amo muito. Em especial ao meu grupo (Esquadrão), escrevo com lágrimas nos olhos (rsrs) pelas lembranças que ficaram, vocês foram fundamentais nessa trajetória: Joci, Igor, Irlanne, Rodrigo, Talita. Amo vocês, serão pra toda vida e obrigada por todos os momentos.

Por fim, quero agradecer a minha banca examinadora, em especial a minha orientadora Thais, por todo esforço, paciência e dedicação que teve comigo para que esse trabalho fosse concluído. Você é dez. Não podendo esquecer de Mércia, pessoa de coração enorme que me acolheu desde o estágio, me proporcionando grandes aprendizados, exemplo de profissional.

Por fim, a todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram a acreditar em mim eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível. Gratidão.

RESUMO

A relevância dessa pesquisa é discutir e analisar como se dão estratégias de enfrentamento a violência doméstica, perante a atuação da equipe do CREAS Raimunda Simões de Oliveira, Cachoeira-BA, viabilizando a construção de técnicas para promover a ruptura desse relacionamento abusivo. É necessário que a instituição disponha de instrumentais objetivos e subjetivos, para despertar nessas mulheres inseridas em um ciclo de violência doméstica, a necessidade de se sentirem amparadas pelos serviços e determinadas para a quebra de vínculos com o agressor. Foi uma pesquisa baseada em referências bibliográficas literárias e documentais utilizando para coleta de dados, entrevista semiestruturada, realizada com os técnicos e com as usuárias do CREAS Raimunda Simões de Oliveira Cachoeira-BA, vítimas de violência doméstica. Espera-se que a pesquisa realizada contribua para que a rede de apoio tanto formal quanto informal do município, possa dar maior visibilidade a esse fenômeno de modo que garantam a estas mulheres, os seus direitos de proteção e suporte, criando estratégias de enfrentamento para que essas mulheres consigam perceber a importância e a necessidade de sair do ciclo de violência em que está inserida.

Palavras-Chave: Gênero. Machismo. Violência Contra a Mulher. Raça. Rede de Apoio

Abstract

The relevance of this research is to discuss and analyze how coping strategies are given to domestic violence, given the performance of the team of CREAS Raimunda Simões de Oliveira, Cachoeira-BA enabling the construction of techniques to promote the breakdown of this abusive relationship. It is necessary that the institution has objective and subjective instruments to awaken in these women inserted in a cycle of domestic violence, the need to feel supported by the services and determined to break ties with the aggressor. It was a research based on literary and documentary bibliographic references, using semi - structured interview for data collection, conducted with the technicians and users of CREAS Raimunda Simões de Oliveira Cachoeira-BA, victims of domestic violence. It is hoped that the research carried out will contribute to the municipality's formal and informal support network to give greater visibility to this phenomenon so as to guarantee these women their rights of protection and support, creating coping strategies for their work, that these women can understand the importance and the need to get out of the cycle of violence in which.

Keywords: Gender. Machismo. Violence Against Women. Race. Support Network

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção psicossocial
CRAM	Centro de Referência De Atendimento a Mulher
CRAS	Centro de Referência especializado de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAM	Delegacias Especializada de Atendimento à Mulher
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
PAEFI	Proteção de Atendimento Especializados a Famílias e Indivíduos
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O PODER DA DOMINAÇÃO MASCULINA E EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	12
1.1 A Importância das Lutas Feministas para Transformações em Práticas Do Cotidiano	17
1.2 Olhares Contra o Racismo e o Sexismo nas Questões de Gênero	21
1.3 Violência Doméstica Contra a Mulher e Condições Oferecidas de Enfrentamento a Essa Violência	24
2 HISTÓRICO DO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E SUAS ATRIBUIÇÕES	35
2.1 Lei N° 12.435/SUAS: Referência para a Política Nacional de Assistência Social	35
2.2 Histórico do CREAS e Suas Competências	36
2.3 O CREAS na Oferta de Serviços de Proteção Social	38
2.4 Atuação do CREAS e Qualificação dos Seus Serviços no Atendimento a Mulheres em Situação de Violência Doméstica	39
3 A PESQUISA: Apresentação dos Resultados	43
3.1 Um Pouco sobre Cachoeira, Suas Riquezas Históricas e a Participação das Mulheres nesse Processo	43
3.2 Breve Contextualização Histórica sobre o CREAS Raimunda Simões De Oliveira, Cachoeira-BA	45
3.3 Procedimentos Metodológicos	47
3.4 Desenvolvimento e Análise das Entrevistas	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE A - Questionário Direcionado para Funcionários	67
APÊNDICE B - Termo de Consentimento	70

INTRODUÇÃO

A violência doméstica contra a mulher é uma questão que toca diversas dimensões sociais, e se manifesta em possíveis formas de estruturas familiares. Em tempos atuais, tem se discutido com frequência sobre a temática, por conta dos agravos causados as mulheres inseridas neste ciclo de violência, que está sustentado numa cultura machista e patriarcal, colocando a mulher sempre numa condição de inferioridade e submissão ao homem.

Para enfrentamento da violência de gênero, categorizadas como: física, sexual, psicológica, moral e patrimonial, foi criada uma lei (11.340/06) de 7 de agosto de 2006 Lei Maria da Penha, vista como referência na defesa de direitos das mulheres brasileiras, dispondo de mecanismos que possam reduzir esses casos de violência garantindo mais proteção a essas mulheres independente das suas diferenças, como coloca o Art. 20 da lei Maria da Penha (BRASIL, 2006):

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (Brasil, 2006).

Com essa nova lei, muitas mulheres passaram a dispor de meios que puderam assegurar os seus direitos de forma a preservar sua integridade física e mental, buscando aprimorar o seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. O Estado passou a oferecer como suporte para garantia desses direitos, serviços que compõem uma rede de atendimento a essas mulheres, são eles :DEAMs (Delegacia especializada de atendimento a Mulher), os CRAMs, (Centro de Referência e Atendimento a Mulher) Casas Abrigo, (CRAS) Centros de Referência de Assistência Social e os demais, criando mecanismos que visem coibir práticas que de alguma forma comprometam a vida da mulher.

A Norma técnica de Uniformização do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência (BRASIL, 2006), apresenta que os Centros de Referência, visam promover a ruptura da situação de violência e a construção da cidadania por meios de ações globais, atendimentos interdisciplinar a mulher em situação de violência. Como enfatizado pelas normas técnicas de uniformização,

isso faz com que esses atendimentos reflitam em suas vidas de modo que, consigam se enxergar nesse ciclo de violência e busquem autonomia para sair dessa situação, viabilizando uma construção de estratégias dessas mulheres, juntamente com uma rede de apoio, para que esse rompimento venha acontecer.

Dentro de todo esse contexto de violência sofrida por essas mulheres, se apresentam motivos aos quais mais contribuem para a sua permanência nesse ciclo. E dentre esses fatores, se evidencia um trabalho de rede formal e informal, do apoio que deve ser dado a estas mulheres inclusive, o apoio familiar no qual, muitas vezes, essa mulher primeiramente busca ajuda, sentindo-se fragilizada e incapaz de sair daquele relacionamento que, vem a comprometer a sua integridade física, psicológica, moral, intelectual e social, por isso o apoio familiar é essencial nesse processo de ruptura.

A norma técnica de uniformização (BRASIL, 2006) enfatiza também que, geralmente, mulheres em situação de violência doméstica, desconhecem os serviços e equipamentos da rede de atendimento garantida pelo Estado. Sendo esse, um processo essencial para que ela busque a sua emancipação e a garantia de seus direitos estando assim, amparadas por profissionais capacitados e qualificados para atuarem de forma a garantir a efetivação das políticas sociais inseridas nesses espaços de proteção a estas mulheres.

A escolha do tema de pesquisa se deu através da minha inserção no primeiro campo de estágio¹ que foi o Centro de Referência de Atendimento a Mulher, (CRAM) na cidade de Feira de Santana, e também pela minha inserção no segundo campo de estágio, o CREAS Raimunda Simões de Oliveira de Cachoeira-BA, pela observação do trabalho exercido dentro da instituição, e principalmente por entender que se faz importante apresentar e discutir os serviços oferecidos pela instituição do município, agregando maior visibilidade ao fenômeno da violência doméstica. Por entender a grande relevância da discussão sobre o tema da violência contra a mulher, o presente trabalho será estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo trará um debate acerca de categorias de gênero e patriarcado, o poder da dominação masculina e as expressões da violência contra a mulher. De forma, a serem entendidas, como uma desigualdade de gênero que vem

¹ O estágio aconteceu no período de um mês e meio e veio à se realizar em dois campos distintos, por conta da transferência da profissional de serviço social do primeiro campo de estágio, para uma **outra instituição**.

a ser naturalizada por conta dos padrões estabelecidos pelas construções sociais na qual, estamos inseridos, levando-nos a práticas e costumes de um legado patriarcal, nos quais se materializam uma cultura social que, nos sugere uma perspectiva de gênero aliada a uma relação de poder, legitimando ainda mais, a supremacia masculina. Ligado a esse processo, falarei sobre a importância das lutas feministas na contribuição para transformações a práticas do cotidiano, pensando na desconstrução de comportamentos baseados em papéis sociais, dos olhares contra ao racismo e o sexismo envolvendo as questões de gênero e, finalizando com uma breve discussão sobre o fenômeno da violência contra a mulher e as condições oferecidas para enfrentamento da violência doméstica, tendo o Estado como principal garantidor dos seus direitos.

O segundo capítulo, discutirá o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e suas atribuições. Sendo este, um dos equipamentos fundamentais da Rede Socioassistencial do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) . Em seguida, falo da Lei Nº 12.435 / SUAS como um marco histórico da PNAS, tendo como objetivo garantir avanços importantes, podendo destacar-se o desenvolvimento de gestão, serviços, programas e projetos de assistência social como uns dos seus significativos progressos, e do CREAS na oferta dos serviços de proteção social. Concluindo, trago a importância da atuação do CREAS e a qualificação dos seus serviços no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, por ser um órgão pertencente a rede de enfrentamento a violência contra a mulher, e que deve oferecer a estas mulheres um serviço pautado na ética, no desenvolvendo um trabalho de prevenção, numa perspectiva de diminuir os impactos e consequências dos fatos sob risco pessoal, social e por violação de direitos, perante as situações vivenciadas, tendo como finalidade despertar a sua emancipação e autonomia.

No terceiro capítulo, concluindo o trabalho, apresentarei a metodologia utilizada, e um breve histórico sobre a cidade de Cachoeira-BA, por ser o município no qual está situada a instituição que foi realizada a pesquisa de campo. Trago também um pouco do resgate histórico sobre as mulheres no município, por conta da entrevista está direcionada a mulheres da localidade. E como ultimo tópico, exponho a análise dos dados coletados através das entrevistas tendo como suporte, um questionário semiestruturado.

Todavia, espera-se que os resultados obtidos através da pesquisa realizada, contribua para que a rede de apoio e enfrentamento a mulheres em situação de violência doméstica do município entenda, a importância da efetividade desse trabalho na vida dessas mulheres. Podendo assim, dar maior visibilidade a esse fenômeno de modo que garantam a elas os seus direitos de proteção e suporte viabilizando e criando estratégias de enfrentamento, para que essas mulheres venham a perceber a importância e a necessidade de sair do ciclo de violência em que está inserida.

1 O PODER DA DOMINAÇÃO MASCULINA E EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A construção social e histórica na qual estamos inseridos, nos submete a práticas e costumes de um legado patriarcal, nos quais se materializam uma cultura social que nos sugere uma perspectiva de gênero, aliada a uma relação de poder. Estas relações, se manifestam através dos papéis sociais construídos e que estão associados a uma divisão de comportamentos. Vindo a serem entendidos, como um modo de socialização que partilha de critérios, ideias e crenças, que legitimam um discurso dominante partindo de uma perspectiva androcêntrica².

A visão androcêntrica citada por Pierre Bourdieu (2012), é assim continuamente legitimada pelas próprias práticas que ela determina: pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do preconceito desfavorável contra o feminino instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão, confirmar seguidamente tal preconceito.

Podemos perceber no nosso cotidiano, que as mulheres estão submetidas a uma forma abusiva da naturalização do machismo. Toda essa construção se manifesta em nossos comportamentos, de modo a termos como exemplo, as imposições determinadas desde a infância a estes sujeitos de acordo com o seu sexo interferindo assim, no seu modo de se relacionar.

As mulheres, por exemplo, em seu meio familiar, estão numa condição de subalternidade de modo que estão incumbidas as atividades domésticas como, lavar, passar, cozinhar, tendo o seu jeito de se expressar como algo mais sutil, suave, um jeito específico de se vestir para que tenha um valor diante da sociedade, e a ideia de frequentar lugares públicos apropriados a elas. Já o homem em seu convívio familiar, está numa condição de dominador, de fazer o trabalho mais pesado comparado a força física, e para ser bem visto pela sociedade é necessário que esteja sempre como liderança nos diversos aspectos das relações.

Pierre Bourdieu em seu livro "A dominação masculina" (2002) assinala que sempre viu na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o

² Androcenstrismo é um termo é um **termo** criado pelo sociólogo americano **Lester F. Ward** em 1903. Está intimamente ligado à noção de **patriarcado**. Entretanto, não se refere apenas ao privilégio dos homens, mas também à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como as experiências de todos os seres humanos e tidas como uma norma universal, tanto para homens quanto para mulheres, sem dar o reconhecimento completo e igualitário à sabedoria e experiência feminina.

exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que chama de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação. (BOURDIEU, 2012, p. 7-8).

Bourdieu mostra o quanto à dominação masculina está presente nas nossas relações sociais, fortalecendo e legitimando a hierarquização das relações de gênero numa perspectiva androcêntrica. O autor enfatiza que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2012, p.18)

A forma como estão segmentados os sexos no remete a fortalecer uma ideologia de normalizar e naturalizar maneiras que se fazem presente nas nossas percepções pensamentos e ações. De acordo com Bourdieu (20012, p. 17):

A divisão entre os sexos" parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (Grifos do autor).

Portanto, Bourdieu (2012) enfatiza que a lógica dessa dominação dentro de instituições históricas como o meio familiar, a escola e o Estado, carregam fortes características de dominação e subordinação de gênero nos levando a não reconhecer esses espaços como importantes para se cravarem lutas, e gerar estratégias de enfrentamento, diante de todo esse modelo de dominação masculina que nos limita, e ofusca, á importância de nos afirmarmos enquanto mulheres, afim

de legitimizar essas lutas e, não naturalizar, toda essa relação de dominação que nos vem a ser invisível, vindo a fortalecer e expandir ainda mais o poder masculino sob o feminino.

Somos rendidos por uma ordem social que vem a legitimar a reprodução da dominação masculina, trazendo a divisão dos sexos como uma explicação do que nos leva a naturalização das desigualdades de gênero. Remetendo-nos assim, a uma percepção dessa manifestação do androcentrismo nas diversas instituições que, vem a considerar, a figura masculina como uma forte simbologia desta dominação. A saber, podemos citar como as posições dos corpos se apresentam diante das relações de gênero. A mulher por exemplo, deve adotar posições corporais que estejam relacionadas a sentar de pernas cruzadas, roupas que controlem a exibição do seu corpo, dentre outros comportamentos que as levem a uma postura submissa do fatos. Portanto, podemos entender melhor essa questão quando o autor assinala que:

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e feminino. (BOURDIEU, 2012, p. 41) (Grifo do autor).

Essa dominação simbólica se apresenta de forma a não percebermos todos estes costumes, crenças e linguagens presentes em nosso cotidiano. Sendo assim, mulheres acabam sendo culpabilizadas por estarem em uma condição de opressão, que vem a favorecer a sua permanência num ciclo de violência. Estes costumes surgem através de estruturas de dominação, provindo do *habitus* construídos por ambos os gêneros que estão impregnados em nossos corpos e mentes, e devido ao fato do *habitus* ser caracterizado por disposições inconscientes, como práticas e ações incorporadas através da cultura na qual estamos inseridos, a sociedade não consegue visualizar esse sistema de dominação que aprisiona a mulher em um relacionamento abusivo de modo que está submetida a um abuso mental, onde não consegue tomar consciência de sair deste ciclo de violência. Assim, Bourdieu vai trazer a ideia do *habitus* como:

[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera

e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso seja o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora e de um maestro (BOURDIEU, 1990 apud AQUINO, 2018, p. 38).

O autor também relata em sua obra, sobre o poder da força simbólica dos corpos, diante dos valores e características que são dadas aos órgãos sexuais. Segundo Bourdieu (2002 apud AQUINO, 2018, p. 38):

Embora a ideia de que a definição social do corpo, e especialmente dos órgãos sexuais, é produto de um trabalho social de construção se tenha banalizado de todo por ter sido defendida por toda a tradição antropológica, o mecanismo de inversão da relação entre causas e efeitos, que eu tento aqui demonstrar, e pelo qual se efetua a naturalização desta construção social, não foi, a meu ver, totalmente descrito. O paradoxo está no fato de que são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (*nif*) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas.

Essas diferenças perceptíveis tanto entre os corpos masculinos quanto femininos, foram fortalecidas com base na ideologia do androcentrismo, que se constituem de valores e sentidos ligados a uma noção de visão androcêntrica que, caracteristicamente, simboliza as diferenças existentes entre os sexos.

Os homens são constituídos por uma hierarquia sexual sendo vistos como dominantes e controladores, evidenciando a submissão e opressão da dominação masculina. No ato sexual, percebe-se uma forte dominação onde o homem precisa estar provando a todo o momento a sua masculinidade, colocando a figura da mulher sempre numa condição de submissão, e nos remetendo a uma ideia de objetivação do corpo feminino.

Para Bourdieu (2012, p. 31):

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo— o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da

dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, em última instância, como reconhecimento erotizado da dominação.

Entretanto, essas consequências se apresentam como um processo de violência sutil, levando a mulher a uma invisibilidade de se perceber em um ciclo de violência, podendo vir a ser denominado de violência simbólica.

Bourdieu (2012) vai afirmar que a violência simbólica, é a violência exercida pelo corpo sem coação física, causando danos morais e psicológicos; violência essa que se evidencia em um processo de socialização, que vem a legitimar a ideia de que deve-se seguir padrões que as posicionem sempre a uma condição de subalternidade.

A violência simbólica se caracteriza como um dos primeiros momentos em que se manifestam comportamentos abusivos do agressor para com a vítima. É nesse momento, que a mulher estará sendo submetida a uma violência sutil vindo a comprometer o seu psicológico, de modo a não se enxergar neste ciclo de violência. Os atos mais comuns que caracterizam essa violência simbólica, estão no modo como o agressor controla e oprime a mulher conseguindo naturalizar todas essas ações abusivas para com a sua parceira, diante de um comportamento obsessivo.

Partindo disto, descende da violência simbólica a violência física, que é todo o ato cometido usando da força contra a mulher, como socos, atirar objetos ou seja, toda ação com a finalidade de machuca-la, sendo este, o primeiro ato de violência percebido por ela. Todas essas ações, fazem com que esta mulher se coloque de forma mais permissiva a todas as imposições masculinas.

Há diversos fatores que influenciam a permanência dessa mulher numa relação abusiva dificultado assim, um processo de ruptura que possa vir acontecer de modo que prevaleçam as relações de forças. Relações estas, ligadas a todo o processo histórico de dominação masculina construída por um poder estrutural de opressão. Como por exemplo, dentre esses fatores se destaca a dependência econômica, que faz com que a mulher permaneça no relacionamento abusivo, a falta de efetividade do trabalho de rede formal e informal, do apoio que deve ser garantido a essas mulheres pelas instituições de combate a essa violência. Envolvendo a ausência do apoio familiar que, muitas vezes, é onde essa mulher primeiramente busca ajuda, pois estas mulheres estão fragilizadas e muitas se sentem incapazes de sair daquele relacionamento que vem a comprometer a sua

integridade física e psicológica, moral intelectual e social, por isso o apoio familiar é essencial nesse processo de ruptura.

Mediante o exposto anteriormente, o presente trabalho terá como foco central em sua parte prática, classificar formas e estratégias de rupturas construídas ao longo do ciclo de violência. Primeiramente, é necessário que estas mulheres entendam todo o processo de violência em que está inserida e se enxergue dentro dele para que, de certa forma, se inicie um processo de busca por apoio, a fim de conhecerem os serviços ofertados pela rede de atendimento a mulheres em situação de violência, dispondo de instrumentais que fortalecem a construção de estratégias para o enfrentamento da mesma, fazendo com que sintam-se fortalecidas, amparadas e determinadas a romper com este ciclo. Além disso, procurando elevar a sua autoestima, sua emancipação e sua liberdade, acreditando na efetivação do trabalho das instituições que, lhes deve garantir todo o suporte necessário e de direito, mostrando o quão é importante esse reconhecimento, e que ela é capaz e pode romper com estes padrões de desigualdade e preconceito que ainda insistem em caracterizar a figura da mulher.

1.1 A Importância das Lutas Feministas para Transformações em Práticas Do Cotidiano

As relações de gênero estabelecidas na sociedade, manifestam uma construção patriarcal que vem a legitimar o poder masculino construído por uma sociedade que desenvolve comportamentos baseados em papéis sociais. Vinculados a essa cultura, estamos submetidos a um conjunto de ideias que valorizam e priorizam a predominância do comportamento masculino, o qual se encontra apropriado de mecanismos de dominação, atravessando as estruturas sociais de modo a serem naturalizadas pela sociedade. Portanto, não se pode negar a importância do movimento feminista que, surge como uma forma de contradição a essas práticas do patriarcado onde cada vez mais inferiorizam e estigmatizam a figura da mulher.

O movimento feminista se fez importante na vida das mulheres por ser um movimento social tendo como objetivo lutar contra todas as formas de opressão e de desigualdade social em que as mulheres estavam submetidas. Logo, esse movimento social surgiu no final do século XIX e pôde ser entendido, como um

movimento no qual, as mulheres foram as ruas reivindicar em busca dos seus direitos afim de legitimá-los. Mediante todo esse processo que viabiliza a emancipação das mulheres e efetiva o poder conquistado por elas, para os homens muitas vezes, o feminismo é considerado uma ameaça, vindo a desconsiderar fundamentos de uma masculinidade construída. Essa construção de natureza machista, nos apresenta estereótipos que caracterizam o movimento usando frases como: “feministas odeiam homens, odeiam sutiã, querem exercer poder sobre homens”; a fim de descaracterizar e desmoralizar todo esse processo de lutas que dão visibilidade e as mantem presentes nos diversos espaços.

Entretanto, para Pinto (2010 apud SILVA; MALTA; SILVA, s.d., p. 3) “o feminismo surge como um movimento libertário em que as mulheres lutam não só por seus direitos igualitários civis e sociais, mas por uma autonomia de decidir sobre sua vida e seu corpo.” Em meio a essas lutas e protestos, as mulheres passaram a se sentirem seguras quanto a acessar espaços que até então eram ocupados em sua grande maioria por homens, sejam eles na sua vida social ou no mercado de trabalho. Conquistando assim, os seus direitos de igualdade, respeito, autonomia em suas escolhas, e adquirindo reconhecimento enquanto sujeito em sua condição de mulher, mesmo com as diferenças existentes entre ambos os sexos.

Ligado a isto, a condição de ser mulher numa sociedade patriarcal está vinculada a características de um perfil ideal de comportamentos a serem exercidos por elas. Como, mulheres que se aperfeiçoem a exercerem atividades do lar, leves e delicadas, mulheres ideais que sonhem com o matrimônio e que, sempre estejam submissas ao homem. Diante de todas essas práticas e costumes, percebe-se a ideia de fortalecimento à conduta de submissão e de inferioridade da mulher no seu individual e para com os outros ao seu redor. Sustentando assim, uma cultura machista que foi e ainda continua sendo vista como uma forma de opressão a mulher, submetendo-a a uma superioridade do gênero masculino sob o gênero feminino nos diversos âmbitos da sociedade.

Como coloca Rago:

Ser mulher, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçãoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental. De outro lado situavam-se as que podiam circular livremente pelas ruas, praças e bares, pagando, contudo, o alto preço da condenação moral, da

perseguição policial e de outras formas de violência física. (RAGO, 2004, p. 31 apud DAMASCENO, 2013, p.12).

Chimamanda Ngozi Adichie (2012) com o seu livro “Sejamos todos feministas” traz que a ideia do patriarcado, do homem como liderança e superioridade, está entrelaçada nas nossas relações sociais se manifestando em diversos aspectos. Seja no trabalho, na família, ou em seu meio social, inclusive na questão biológica e física. Essas desigualdades existentes nas relações de gênero, levam as mulheres a serem invisibilizadas na sua capacidade de se relacionar em sua condição de mulher. Portanto, para assumir os atributos presentes nessas relações sociais, é importante colocarmos como fator principal, a competência e capacidade de ambos os gêneros, de modo que a mulher venha a ganhar mais visibilidade dentro da sociedade que ainda sim, mesmo com todo processo histórico de lutas contra essa opressão, reproduz comportamentos machistas.

Entende-se que a ideia de desigualdade social entre o homem e a mulher, está vinculada ao que se foi construído e reconhecido historicamente. E isso, levou a mulher durante décadas, a uma exclusão e invisibilidade no seu meio social. Adichie (2012) expõe uma análise sobre a ideologia de gênero que traz construções ideológicas patriarcais, onde mulheres devem ter os seus comportamentos diferentes dos homens. Afinal, são mulheres, e conforme seguimentos da nossa cultura machista e opressora, isso não se enquadra no perfil de ser mulher.

Com isto, ela coloca em vista, as nossas atitudes diante dos comportamentos categorizados femininos e masculinos afirmando que:

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos os meninos a se preocupar em ser “benquistos”. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões. (ADICHIE, 2012, p. 28).

Partindo desta colocação, é importante analisarmos os modos de definições estabelecidos por nós, estando estes, ligados á papeis sociais construídos para ambos os gêneros, que se reporta á reprodução dessa cultura machista e, a importância de desconstruirmos esses valores e praticas que estão incutidos em nossas relações sociais.

Os costumes patriarcais estão relacionados a um processo de socialização onde valores são internalizados e considerados essenciais e importantes para as nossas relações.

Portanto, para Adichie:

Meninos e meninas são inegavelmente diferentes em termos biológicos, mas a socialização exagera essas diferenças. E isso implica na autorrealização de cada um. O ato de cozinhar, por exemplo. Ainda hoje, as mulheres tendem a fazer mais tarefas de casa do que os homens — elas cozinham e limpam a casa. Mas por que é assim? Será que elas nascem com um gene a mais para cozinhar ou será que, ao longo do tempo, elas foram condicionadas a entender que seu papel é cozinhar? Cheguei a pensar que talvez as mulheres de fato houvessem nascido com o tal gene, mas aí lembrei que os cozinheiros mais famosos do mundo — que recebem o título pomposo de “chef” — são, em sua maioria, homens. (ADICHIE, 2012, p. 42,43).

Dessa forma, percebe-se que a internalização dos valores postos pela socialização, nos leva a entender que o poder de se auto afirmar enquanto mulher para a sociedade, está relacionado a cobranças sociais que implicam em responsabilidades atreladas a uma segmentação dos papéis sociais.

O processo de socialização interfere de forma negativa nas relações sociais quando atribui aos indivíduos, práticas de comportamentos que prevalece o fortalecimento da submissão masculina sob o sexo feminino, utilizando métodos que reproduzem a desigualdade social dos sexos de uma forma hierarquizada.

Ligada a essas atribuições e cobranças á execução de práticas de papéis sociais, Adichie (2012) vai destacar que “Há moças que, de tão pressionadas pela família, pelos amigos, e até mesmo pelo trabalho, acabam fazendo péssimas escolhas”. Em nossa sociedade, a mulher de certa idade que ainda não se casou se enxerga como uma fracassada. Já o homem, se permanece solteiro, é porque não teve tempo de fazer sua escolha (ADICHIE, 2012, p. 36). Estas cobranças sociais que nos são impostas, colocam a condição de ser mulher numa perspectiva de permanência ao meio social em que as relações estão revigoradas por ideologias hierárquicas, de modo a contribuir para o fortalecimento de práticas opressoras reforçando a ideia de que, o homem sempre estará numa condição de dominador e as mulheres sempre na posição de dominada e oprimida.

Por fim, Adichie vai ressaltar o significado da palavra feminista como “uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos” e destaca “A meu ver, feminista é o homem ou a mulher que diz ‘Sim, existe um

problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar'. Todos nós, mulheres e homens, têm que melhorar". Adichie (2012, p. 59).

Entretanto, se faz importante que ambos os sexos, se preocupem com as questões de gênero que torna a figura da mulher invisibilizada em seu meio social. E, fortalece a importância de sermos todos feministas, no sentido de desconstruirmos essa cultura enraizada e reivindicarmos pela efetivação desses direitos que a cada dia estão sendo violados. Essa não é uma luta só das mulheres, mais sim de toda a sociedade que não vem a compactuar como essa naturalização de comportamentos, ações e práticas legitimadas pelo machismo.

Entende-se que através do movimento feminista, essas mulheres passam a vislumbrar que toda essa condição e construção a qual estão submetidas, não passam de uma socialização atrelada a papéis sociais que sem encaixam em padrões e regras a serem obedecidos, colocando a imagem da mulher como um objeto vulnerável a toda essa dominação masculina. Espera-se que elas consigam romper e possam desconstruir, a ideia de limitações e ocupações em diversos espaços, para que venham a alcançar sua legitimidade nas lutas pela igualdade de direitos.

1.2 Olhares Contra o Racismo e o Sexismo nas Questões de Gênero

Ao falarmos sobre o feminismo, estamos submetidos a um cenário de variadas concepções, vertentes e conflitos aos quais, se manifestam uma diversidade de ideias do que é o feminismo e suas principais condutas perante suas reivindicações. Nessas ideias, destacam variadas questões, concepções e categorias envolvendo gênero, sexo, raça, patriarcado divisão sexual do trabalho, podendo ser considerados frutos de uma hierarquização masculina.

Souza-Lobo (2011 apud DURIGUETTO; ALAGOANO, 2018, p. 233-234) destaca que:

[...] a Europa, foi palco das primeiras lutas feministas que pautavam avanços no campo da emancipação política, com reivindicações voltadas para os direitos historicamente negados às mulheres. Concomitante a essas lutas, junto ao movimento operário e partidos socialistas, também se consolidava as lutas classistas, com denúncias das condições de vida, trabalho e violência sexista por parte dos patrões. Somado a isso, denunciavam a discriminação que vivenciavam no próprio meio sindical e a opressão presente na família operária.

As mulheres negras em condição subalterna da classe trabalhadora viam no trabalho uma oportunidade de serem enxergadas na sociedade. Podemos perceber a importância das lutas das mulheres negras, de resistência e de um trabalho pesado para se obter um resultado de condição feminina, vindo a ser entendido como um legado histórico construído por elas. Buscando através disso, uma valorização, perante uma desumanização para com a mulher negra na sociedade. Ser mulher já é um obstáculo a ser enfrentado numa sociedade na qual temos como legado uma construção patriarcal, e ao se tratar de raça todo o tratamento passa a ser diferenciado nos diversos aspectos das relações sociais em que estamos inseridos.

No livro de Ângela Davis (2016) “Mulher, Raça e Classe”, notamos uma cruel definição do que é ser mulher, através de falas de mulheres que traduziram o livro, ao relatarem o modo como se definem:

Encontramos nas nossas definições elementos que nos oprimem na condição sexista de objeto sexual; que nos caracterizam apenas na dimensão estética; que nos reduzem à condição de capacidade de ser mãe. Constatamos que na imagem que temos de nós mesmos está à apreciação que o machismo faz de nós e os papéis que a sociedade patriarcal nos incumbiu de desempenhar (DAVIS, 2016, p. 3).

Entende-se então, que a opressão masculina oferece e fortalece uma crença de inferioridade na qual estas mulheres se sentem oprimidas e passam a ser enxergadas pela sociedade e, por si mesmas, como um objeto simbólico através do seu corpo, e do modo como se relaciona. Tendo a sua imagem reduzida a papéis sociais criados e fortalecidos por uma cultura machista e sexista, dando a elas uma condição de ser mulher, incutida de regras e valores estabelecidos diante desses comportamentos. Dizem perceber que “as características que reconhecemos hoje em nós, não são o resultado da condição feminina, mas o resultado da condição histórica e racial das mulheres negras” (DAVIS, 2016, p. 3).

O feminismo se classifica como um movimento caracterizado inicialmente por mulheres brancas de classe média, tendo como medidas, práticas que vinham a suprimir a inserção de mulheres negras e trabalhadoras em propósitos agregados ao movimento. Com isso, fazia-se necessário e importante, a representatividade destas mulheres para que fossem observadas, afim de unificar e fortalecer as lutas que tinham como propósito a garantia igualitária dos seus direitos.

Davis (2016, p. 10) afirma que:

[...] proporcionalmente, mais mulheres negras, sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida das mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente escondeu qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras.

A existência feminina era primeiramente vista a partir do trabalho, escondendo assim, qualquer elemento que garanta a existência que ela possa ter. Atrelado a isto, as mulheres negras, são as mais apreciadas do início da escravatura até hoje pela sua determinação diante do trabalho exercido. Para elas, foram designados inicialmente o trabalho no campo, atividades domésticas, tendo condições de trabalho precárias e um trabalho duro como o dos homens, estando sujeitas a formas de violência pelos seus patrões. Davis (2016) vai dizer que as mulheres negras agricultoras, poderiam ser comparadas aos escravos pelas condições de trabalho que lhes eram oferecidas, a baixa remuneração e as condições de exploração extremas.

Já as mulheres brancas de classe média, possuíam privilégios diferentemente das mulheres negras, para elas foram designados todos os trabalhos considerados leves, delicados podendo ser vistos como uma nobre missão competente ao ser mulher como, ser mãe, esposa, dona de casa. Assim, características de papéis sociais foram criados por estruturas de pensamentos que, atribuem o sentido de feminilidade para uns, como algo sentimental no sentido de cuidar, ser companheira e cuidar do lar.

Contudo, para Davis (2016, p. 32) as mulheres negras foram:

[...] trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica e o seu trabalho foi tão respeitado como o dos homens. Quando a manufatura saiu de casa para a fábrica, a ideologia da natureza feminina –feminismo – começou a crescer entre os ideais de esposa e mãe. Como trabalhadoras, as mulheres pelo menos gozavam de igualdade económica, mas como esposas, o seu destino era serem apêndices dos seus homens, servis dos seus maridos. Como mães elas eram definidas como veículos passivos para o reabastecimento da vida humana. A situação da esposa dona-de-casa estava cheia de contradições. Era necessário resistir.

Somos constituídos por ideologias hierárquicas e por um processo de opressão que legitima uma dominação de classe, raça e gênero. O que nos leva a

perceber, as relações estabelecidas entre sexismo, capitalismo e racismo, classificando as diferenças existentes no que toca os movimentos, as lutas e a determinação das mulheres de continuarem em busca por igualdade. Desta forma, se faz necessário entender como o processo de violência doméstica está vinculado a essa estrutura patriarcal que, cada vez mais, deslegitima e oprime a representatividade da mulher negra. Esse processo se fortalece e se perpetua, mantendo a figura da mulher negra como um ser subalterno, dependente e incapaz de ganhar visibilidade e se mobilizar em busca da sua autonomia, da sua liberdade e dos seus direitos na luta por igualdade social.

Estabelecidas a uma realidade histórica, as mulheres negras, estão numa condição de violência de maior subalternização do que as mulheres brancas nos diversos espaços. Percebemos, como essas formas de expressões da violência, impactam na vida dessas mulheres de modo a perceberem de uma forma mais intensa a naturalização de toda forma e condição de opressão para com elas.

Inicialmente, essa violência vai se manifestar nas práticas cotidianas. Práticas essas naturalizadas e consideradas inquestionáveis, de maneira que se fortaleça a submissão dessas mulheres a padrões do patriarcado que, ainda mantem a ideia e os costumes oriundos da dominação masculina como algo pertencente e permanente na sua construção social. Portanto, essa aceitação inicial às práticas que levam a mulher a uma submissão de relações de gênero, está atrelada a costumes criados diante de uma violência simbólica, sendo atos invisíveis de dominação masculina a não serem questionados e percebidos por elas. Estes, podem vir a propiciar a aceitação dessa mulher na permanência do ciclo de violência doméstica ao qual esta inserida e, onde não consegue viabilizar estratégias que possam vir a promover a ruptura desse relacionamento abusivo, por conta de toda a naturalização á praticas de opressão.

1.3 Violência Doméstica Contra a Mulher e Condições Oferecidas de Enfrentamento a Essa Violência

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico e atualmente se faz presente em diversos espaços das relações sociais estabelecidas. O contexto em que mais se destaca essa violência é o espaço privado, tendo como características, comportamentos de dominação exercidos dentro do espaço doméstico em que a

vítima reside na mesma casa que o agressor. Nessa perspectiva, se tem como objetivo, a importância de promover visibilidade a este fenômeno e fortalecer um trabalho de efetivação das políticas públicas já existentes que ponham em prática, a eliminação de qualquer ato de violência.

Diversas condições individuais, familiares e normas sociais, constituem uma totalidade de motivos que levam a mulher a se transformar uma vítima da violência doméstica.

A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero. Esta, teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens. (SAFFIOTI, 2011, p. 44).

Para Mota (2004, p. 15,16) seriam eles caracterizados em:

Individuais: Idade mais jovem, uso de bebida alcoólica, depressão, distúrbios de personalidade, menor grau de escolaridade, baixo status econômico e haver testemunhado ou sofrido violência na infância;
 Familiares: Conflito entre cônjuges, instabilidade no casamento, o homem deter o poder de decisão sobre os demais membros da família, stress econômico e pobreza;
 Comunitários: Cultura de tolerância da violência doméstica na comunidade; pobreza; menor capital social;
 Sociais: Normas tradicionais que perpetuam as diferenças de gênero, normas sociais que toleram a violência.

Como parâmetro para o enfrentamento dessa violência, trazemos a criação da lei (11.340/06) de sete de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), a Lei Maria da Penha, que é vista como referência na defesa de direitos das mulheres brasileiras, dispondo de mecanismos que possam reduzir esses casos de violência, garantindo mais proteção a essas mulheres independente das suas diferenças. Como expressa o Art. 20 da lei Maria da Penha (11.340/06):

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006).

Na seguinte lei, estão classificados os seguintes tipos de violência doméstica: a psicológica, que causa dano emocional, a física que vem a ser quando ofende a integridade ou saúde corporal, a sexual, sendo qualquer conduta que a constranja

ou force uma relação, a patrimonial que a impede de ter acesso a bens, documentos e recursos econômicos e a moral que se configura calúnia injúria ou difamação. Portanto a Lei vem a destacar medidas que venham contribuir para proteger as vítimas e penalizar o agressor, como coloca em seu Art. 1:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL, 2006)

A violência doméstica está relacionada às práticas construídas que fortalecem condutas patriarcais, colocando as mulheres numa condição de obediência a regras impostas pelo patriarcado. Diversas formas de violência são praticadas contra essas mulheres pelos seus companheiros e, a percepção dessas vítimas diante dos fatos, nem sempre são reações esperadas e adequadas para romper com o ciclo de violência no qual esta inserida pois, a violência vem a ser invisibilizada por se expressar nas práticas cotidianas naturalizadas das relações sociais, decorrentes de um processo de socialização desigual que prioriza a supremacia masculina. Como por exemplo, o papel da mulher atrelado a cuidar da casa, do marido, dos filhos, mulheres ideais para casar, que não consomem bebida alcoólica, que não frequente diversos espaços considerados impróprios, ou seja, que se mantenham a uma perpetuação de comportamentos estabelecidos por uma cultura patriarcal em que, a mulher é considerada objeto vulnerável a dominação masculina, utilizando para esse fim, meios que levam estas mulheres a estarem submissas a práticas de violência psicológica, física, patrimonial e moral e sexual.

Para que estratégias de enfrentamento a essa violência sejam construídas, se faz importante a mulher se perceber neste ciclo de violência e que tenha conhecimento dos serviços ofertados pela rede de atendimento a mulher em situação de violência. Sendo estes, o apoio a partir de vínculos familiares e dos serviços garantidos pelas instituições que, visam oferecer estratégias de apoio efetivo respeitando sempre a sua condição de essência de vida e o seu direito de escolha de modo que, estes profissionais desenvolvam um trabalho com objetivo de prestar um atendimento íntegro e socializado para essas mulheres. Sendo assim, a

criação da Secretaria de política para as mulheres, representa um grande acontecimento para a formação de uma rede que garante recursos para a prestação de serviços e implementação de políticas públicas de enfrentamento a violência cometida contra as mulheres.

Portanto, segundo (BRASIL, 2007, p.10):

[...] com a criação da SPM, em 2003, as ações mudaram de foco e ganharam nova envergadura, com o início da formulação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que lança diretrizes para uma atuação coordenada dos organismos governamentais nas três esferas da federação. Nesse sentido, uma inovação importante é o incentivo à formação de redes compostas por todos os serviços que atendem à mulher em situação de violência, de modo a oferecer-lhe um atendimento integral.

Consequentemente, a ideia de enfrentamento a essa violência, não está vinculada somente a noção de combate mas também, a dimensões na perspectiva da prevenção, da assistência e na garantia de direitos dessas mulheres. Através destes eixos estruturantes, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, busca estimular o crescimento de ações que pretendam reduzir estereótipos, mitos e preconceitos que perpetuam nas relações sociais de gênero e, os padrões sexistas que levam a desigualdade entre homens e mulheres. Essas ações, estão vinculadas a transformações de comportamentos a proporção que, sugere o respeito com as diversidades culturais, éticas, buscando o rompimento da tolerância dos indivíduos diante do fenômeno (BRASIL, 2007).

A atuação do trabalho em rede e os serviços garantidos pelo Estado diante do processo de ruptura da violência doméstica, segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, diz respeito à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento, a construção de autonomia destas mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada, às mulheres em situação de violência. Portanto, a rede de enfrentamento tem por objetivos efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - combate, prevenção, assistência e garantia de direitos - e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. (BRASIL, 2007, apud MATOS, 2017, p. 44).

As primeiras conquistas do movimento feminista junto ao Estado para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento à violência contra mulheres, datam da década de 1980. (BRASIL, 2011c, p.15)

O Estado, vem como um agente garantidor de políticas sociais e econômicas. Cabe a ele, o compromisso de gerar ações que previnam, fiscalizem, penalizem e eliminem atos de violência contra a mulher. No entanto, percebemos que o Estado pode atuar de modo paradoxal, ou seja, ao prevenir, fiscalizar, e vigiar os sujeitos, o mesmo está agindo através da conduta de pastoreio como cita Foucault (1979). A conduta de pastorear as ovelhas encontra-se em diversos momentos históricos, a saber, desde a função Pastoral do Faraó no Egito sobre os seus súditos, como também em muitos Estados imperialistas. Esta conduta que surge a partir de comportamentos encontrados no Oriente, acaba se expandindo por sua vez para as condutas cristãs ocidentais. Essas por sua vez, são objeto de reprodução pelos Impérios e Estados Nação. Visualizamos esta mesma conduta de proteger, vigiar e pastorear corpos em sociedades capitalistas e neoliberais.

Devemos nos atentar para o fato de que, ao invés de acolher, escutar, dar atenção e garantir as necessidades da mulher, o Estado também tem a função, através dos elementos anteriormente citados, de vigiar, moldar, e orquestrar a conduta dos corpos femininos através de movimentos que podem legitimar as condutas e padrões ortodoxos, padronizados e estandarizados para as mulheres em sociedade. Sendo assim, o Estado por sua vez, que acolhia, prevenia, e garantia atenção, pode ser o mesmo Estado que aprisiona, que pune, que vigia e que legitima condutas que podem incentivar e mobilizar a violência simbólica e a violência doméstica. Portanto, cabe a reflexão em meio as políticas de assistência social sobre este fato paradoxal.

Por consequência, a violência praticada pelo Estado subentende-se a um poder que vem a ser distribuído, legitimado e naturalizado de forma não igualitária no que envolve determinados grupos sociais. Para Foucault, (1979) a designação de poder não esta somente na instituição do Estado, mas também em outras instituições que coordenam o sistema de poder e faz ele se manifestar. Por esse motivo, os modos de ver, policiar, punir, e padronizar os corpos passam a serem legitimados socialmente por diversos grupos sociais e pela sociedade como um todo.

Portanto, a sua definição de poder ser dar como:

Trata-se [...] de captar o poder nas suas extremidades, em suas ramificações, lá onde ele se torna capilar; de captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

. É dentro deste sentido paradoxal supracitado que o Estado mostra uma determinada falência na prestação dos seus serviços para determinados grupos sociais que vem a ser invisibilizados pelo seu poder. Portanto, passa a distribuir de forma não igualitária o reconhecimento de humanidade.

Existem dois termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram os marcos do Estado-nação, são eles: Necropoder e Biopoder. Para Foucault (1999 apud BENTO, 2018, p. 2) o conceito de biopoder é uma técnica de governo que tem como objetivo “fazer viver, deixar morrer”. Portanto, analisa-se a lógica de biopoder como uma construção em que o Estado vivencia e direciona, a vida dos indivíduos que compõe o corpo político social. Assim, vem a legitimar uma política pensada na extinção de todos aqueles corpos que não vem a se encaixar em padrões estabelecidos pela sociedade promovendo uma condição de inexistência do outro.

O Estado se apropria de um poder, evidenciando formas de opressão que age de uma forma sistemática diante de políticas de cuidado de vida. Mas, as suas ações fortalecem o oposto, que é a exclusão de determinadas populações, articulando assim políticas de morte. Através de ferramentas foucaultianas, o autor Achille Mbembe (2003 apud OLIVEIRA, 2014, p. 76), para complementar a expressão da palavra biopolítica, deu origem ao termo necropolítica que segundo o autor “a necropolítica é uma forma de soberania assente na instrumentalização generalizada da existência humana e na destruição material de corpos humanos e populações.” Podendo ser vista, como uma política para a promoção da morte, viabilizando técnicas de governabilidade, compreendidas como ações que priorizam o cuidado com a população, no entanto esse cuidar vigia, pune, e padroniza.

Diante do fenômeno da violência doméstica contra a mulher, podemos perceber uma inserção da lógica de necrobiopoder, onde mostra que a relação do Estado com determinados grupos, são construídas de formas diferentes. E que mesmo com todo o apoio e serviços garantidos pelo Estado, a violência ainda se mantém firme na realidade de diversas mulheres. Como uma forma de dar

visibilidade a este fenômeno, o Estado tem que garantir serviços que assegurem um atendimento humanizado e qualificado a estas mulheres em situação de violência. Levou tempo para que o Estado se atentasse a relevância deste fato com uma violação de direito.

Portanto, leis como Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), e a Lei do feminicídio (Lei nº 13.104), foram criadas como meios de reduzir e inibir todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Conforme a Lei nº11.340 Art. 3º (BRASIL, 2006):

Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” e também § 1º “O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Conforme enfatizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2007) o Estado passou a oferecer como suporte para garantia desses direitos, serviços que compõem uma rede de atendimento de enfrentamento a violência contra a mulher, que são eles:

[...] os Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos, (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante (BRASIL, 2007, p. 30).

Mesmo com esses espaços constituídos e preparados para levar a mulher a se conscientizar de sua situação de submissão e romper com a situação de violência vivida, em um numero significativo de casos, isso não acontece, pois são recorrentes as reconciliações (BRANDÃO, 1998; GARCIA et al., 2008 apud PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014, p. 268). Os mesmos devem contribuir para que essa mulher entenda a necessidade desse rompimento com a violência doméstica vir a acontecer, de forma que estejam amparadas e decididas a isso.

Nota-se então, que mesmo diante de todo um trabalho realizado por uma rede de atendimento em apoio a estas mulheres, percebemos que algumas mulheres ainda se encontram inseridas em um relacionamento abusivo. Muitas delas mantem o silêncio perante a violência sofrida, por conta do medo, da vergonha e pela naturalização da reprodução desses comportamentos machistas inseridos em nossas praticas cotidianas.

Como coloca Silva:

Dessa maneira, o silêncio que decorre do aprisionamento das vítimas entre as quatro paredes da relação “doméstica” pode ser um dos responsáveis pela gravidade de muitos crimes contra a mulher, uma vez que ela sabe que a sociedade brasileira se acostumou e aprendeu a reproduzir e cumprir fielmente frases como: “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”, ou, ainda pior: “Se a mulher apanha é porque gosta”. Nesse sentido, quando a violência é presenciada ou levada ao conhecimento de alguém, ocorre a cumplicidade com o agressor e a omissão perante a mulher: “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher. Frequentemente, não só os familiares e pessoas de relações da mulher não querem meter a colher, como também os próprios agentes da lei” (SILVA, 1992 apud CARNEIRO; FRAGA, 2012, p. 373).

Fica claro que romper com um relacionamento abusivo está associado a vários fatores como o medo de denunciar, a dependência econômica, e até mesmo a dependência emocional onde, várias mulheres não se sentem preparadas, não conseguindo romper com esse relacionamento, mesmo tendo uma assistência necessária contribuindo para esse processo.

Conforme citado por Mizuno, Fraid e Cassab:

[...] muitos são os motivos que conduzem as mulheres a permanecerem na relação, na condição de violência, o medo de perder a guarda dos filhos, o constrangimento perante os amigos e família, a culpa por não conseguir manter sua relação, a falta de capacitação profissional para sobreviver sozinha, a dependência emocional/afetiva que tem de seu companheiro, as ameaças que sofrem quando dizem que vão embora, mas como principal argumento posto nas entrevistas realizadas, estava à falta de recursos financeiros para deixar o companheiro, porém a essa questão está atrelada a subsistência dos filhos e não de si mesmas. (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010, p. 19).

Entretanto, entende-se que para romper com estes relacionamentos abusivos, se faz importante à tomada de decisão que vem a ser entendida, como um processo de escolha no qual, estas mulheres devem está cientes dos riscos e dos impactos que podem ser causados de médio em longo prazo nesse processo. Algumas

mulheres manifestam a atitude de tomada de decisão, diante da violência cometida pelo seu parceiro, onde recorrem ao atendimento institucional especializado garantido pelo Estado, ampliando a sua compreensão sobre a importância da busca por esse apoio para que sintam-se encorajadas para tomar decisões.

Santi, Nakano e Lettiere (2010), coloca que:

[...] ao se tratar dos serviços garantidos pelo Estado, mesmo com todo esse apoio institucional, os serviços ainda se tornam fragmentados e acabam por muitas vezes não atendendo as expectativas dessas mulheres.

Enfatiza também que, “o acolhimento dado às mulheres em situação de violência doméstica, ainda é um obstáculo estabelecido perante a realidade posta e, acaba por exigir, um reparo do trabalho da rede mediante a situação da violência.”.

Sendo assim, a rede deve apresentar estratégias que lhes darão suporte para a efetivação de um trabalho humanizado, respondendo as necessidades para o momento e ao longo da condição de violência em que a mulher se encontra. Logo, vale salientar que os profissionais que compõem essa rede, devem estar qualificados a atender essas demandas, fazendo com elas se sintam seguras e amparadas dentro do serviço que lhes está sendo oferecido.

Quando falamos da rede de enfrentamento a violência doméstica, não podemos deixar de enfatizar o apoio e suporte da rede informal, caracterizada como o âmbito familiar e amigos no qual, é muito relativo para mulher, encontrar esse suporte. Santi, Nakano e Lettiere (2010), mostra em seu estudo a importância do apoio familiar e enfatiza também que, a família pode ser ou não um apoio essencial que essas mulheres precisam ao tentar decidir sobre a sua própria vida. Visto que, por consequência de um processo de socialização, estão disseminadas práticas e discursos que nos induz a priorizar e legitimar padrões de submissão do patriarcado, como ter a figura da mulher atribuída as tarefas domésticas, a exclusão de frequentar diversos espaços etc., mostrando que a naturalização de comportamentos que definem características para ambos os gêneros, levam a família e os amigos juntamente com a vítima, a uma difícil percepção da gravidade do problema.

Com isso, as mulheres aprendem a legitimar comportamentos que vem a sustentar uma dominação simbólica, podendo vir a principiar a violência física. Portanto, essa naturalização dos fatos, contribui para que essas mulheres não se

percebam submetidas a práticas abusivas no seu relacionamento tendo como consequência, levar a vítima a uma aceitação e silenciamento tanto no seu individual quanto em sua relações familiares, afim de retirar a sua autonomia, sendo entendidas como permanente desse relacionamento abusivo por escolha e vir a neutralizar o apoio familiar.

Saffioti vai dizer que: “Aceitação da violência’ é uma expressão muito forte, cabendo dúvidas a respeito de sua existência. Parece que a questão é de falta de alternativa numa sociedade machista.” (SAFFIOTI, 2001; p. 132).

No entanto, nas interpretações de Saffioti (2001) a aceitação dessa violência se institui devido a ordem patriarcal estabelecida e a predominância masculina. Algumas mulheres buscam este apoio inicial diante das consequências imediatas e muitas vezes, ainda são culpabilizadas pela situação em que está vivendo. Ao procurar estes serviços, estas mulheres estão extremamente fragilizadas mas, ainda sim, encontram obstáculos que fazem parte de toda uma desarticulação destes serviços, fazendo com que o acolhimento necessário se torne mais uma dificuldade a ser enfrentada por elas. Como por exemplo, a violência institucional que faz com que essas mulheres se deparem com julgamentos, comentários maldosos, questionamentos abusivos partindo de funcionários, tendo os seus direitos ainda mais violados.

Segundo Martinez (2008, p. 2):

A violência Institucional é cometida principalmente contra os grupos mais vulneráveis como crianças, adolescentes, mulheres e idosos. É aquela exercida pelos próprios serviços públicos, por ação ou omissão. Pode incluir desde a dimensão mais ampla da Falta de Acesso a serviços, até a Má Qualidade dos Serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições.

Desta forma:

a violência institucional praticada contra a mulher torna-se tão perversa quanto aos outros tipos de violência. Seja pela ação do machismo impregnado ao longo contexto cultural da sociedade, ou pela necessidade de algumas pessoas se sentirem melhores que outras, a violência institucional não é um problema tão fácil de resolver, na medida em que vitima acaba saindo mais vitimizada do lugar que ela deveria encontrar soluções. (CORTES, 2015 apud MATOS, 2017, p. 39).

Assim, as estratégias de ruptura com a violência doméstica que lhes devem ser apresentadas, devem estar associadas ao reconhecimento da sua realidade

para que assim sejam assistidas e tenham as suas necessidades solucionadas por estes serviços em seu caráter individual. A busca pelos serviços de saúde, que se concretiza no modo como estes profissionais entendem a gravidade da situação. Na maioria das vezes, esses atendimentos estão ligados ao uso de medicalização por conta da fácil identificação do que se mostra aparente e concreto, que vem a ser a violência apresentada na forma física. Criando assim, barreiras de identificação quando o contexto se refere aos traumas psicológicos e sociais. No campo jurídico, diante da deficiência do mecanismo policial, se mantém uma burocratização, que faz com que estes profissionais por estarem submersos na sua prática exaustiva de trabalho, venham considerar menos relevante cumprir essas atribuições, que requer deles uma preparação para que possam intervir nestas demandas. Com isto, a mulher passa a ter uma descrença na efetividade dos serviços, vindo a fortalecer a passividade da vítima diante do ato de violência cometido, podendo ser considerado com uma prática natural do agressor, como um simples instante de descontrole que ele venha a ter.

Diante dessa realidade, busca-se entender a importância dos profissionais estarem capacitados para atuarem diante do problema existente nos diversos campos como: social, psicológico e jurídico. Tendo como propósito garantir a estas mulheres, um atendimento humanizado compreendendo também, a importância e a necessidade da contribuição e do cuidado da rede informal em seu contexto social para que estratégias que agreguem atendimentos multidisciplinares e que trabalhem a prevenção e a redução de qualquer ato de violência sejam pensadas. Contribuindo assim, para que essas mulheres que buscam por apoio na rede de atendimento a mulheres em situação de violência, consigam exercer a sua autonomia, sua emancipação e consigam mostrar a sua capacidade de romper com um relacionamento abusivo.

2 HISTÓRICO DO CREAS (CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E SUAS ATRIBUIÇÕES

O CREAS é visto como um dos equipamentos de fundamental importância na Rede Socioassistencial do SUAS. O caderno de orientações técnicas vai trazer o amadurecimento, também, do processo de implantação do CREAS no país e sua consolidação como unidade de referência para o trabalho social especializado no SUAS. Para além do SUAS, o CREAS representa, atualmente, uma importante referência para a rede de atendimento às situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, materializando uma importante conquista para a população brasileira, especialmente aqueles que vivenciam tais situações (BRASIL, 2011b).

Portanto, esse capítulo vai tratar de como se dá o trabalho do CREAS, suas atribuições e a oferta dos serviços diante das demandas específicas com relação a situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, vivenciadas pelos indivíduos e famílias atendidas.

2.1 Lei N° 12.435/SUAS: Referência para a Política Nacional de Assistência Social

O Sistema Único de Assistência Social, foi um marco histórico para a (PNAS, 2004 QUINONERO et.al., 2013, p. 55), Política Nacional de Assistência Social. Implantou-se no Brasil, a partir do ano de 2005 e ratificou-se como Lei nº 12.435 no dia 6 de julho de 2011 (BRASIL, 2011a), tendo como intuito garantir avanços importantes podendo destacar-se o desenvolvimento de gestão, serviços, programas e projetos de assistência social como uns dos seus significativos progressos.

O SUAS, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social. (I PNAS/2004, p. 39 apud QUINONERO et.al., 2013, p. 55).

O SUAS que é ênfase no trabalho em rede, além de único, não é uniforme, envolve um conjunto de múltiplos atores (gestores, técnicos, usuários etc.) que

respondem pela garantia da proteção social para cidadãos em situação de risco e vulnerabilidade.

A gestão da Rede SUAS tem responsabilidades compartilhadas pelos entes federativos. Cabe a União a formulação, apoio, articulação e coordenação de ações. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Cabe a gestão municipal e do Distrito Federal a implementação dos serviços e benefícios, sendo possível três níveis de habilitação ao SUAS inicial, básica e plena.

Avanços foram proporcionados pela Norma Operacional Básica (NOB), no que se atribui a incorporação entre os entes federados, bem como na conformação dos graus de proteção social básica e especial.

Conforme exposto por Colin e Jaccoud (2013 apud MENEZES, 2015, p. 22):

[...] a pactuação e coordenação federativa, a nova sistemática de financiamento com regularidade dos repasses federais e os mecanismos automáticos de transferências de recursos fundo a fundo ancorada em pisos, critérios e indicadores de partilha, fortaleceram a institucionalidade da política. Garantiram ainda a estruturação inovadora dos equipamentos públicos, equipes e serviços, assim como a continuidade dos atendimentos.

A gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios. No nível básico, o município assume com autonomia a gestão da proteção social básica, já no nível pleno, ele passa à gestão total das ações socioassistenciais (BRASIL, 2015).

O caderno de orientações técnicas (BRASIL, 2011) enfatiza a importância de destacar “o compromisso assumido pelo MDS com o aprimoramento da gestão SUAS, com a qualificação e ampliação de suas unidades de referência e serviços, o que representa maior possibilidade de acesso por parte dos cidadãos à política pública de Assistência Social”.

2.2 Histórico do CREAS e Suas Competências

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social, (CREAS) é considerado um parâmetro quando, se fala do trabalho em rede para atendimento a

situações de risco pessoal e social que, envolvem violações de direitos para com as pessoas inseridas neste contexto.

Em concordância com o Caderno de Orientações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (BRASIL, 2011b, p. 8):

O CREAS é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS (Sistema Único de Assistência social) . Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas.

Conforme os princípios e diretrizes da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e critérios do SUAS, existem fundamentos no qual norteiam o trabalho do CREAS. Onde deve ser direcionado a se pensar, o nível de organização e desenvolvimento do trabalho social ofertado pela instituição. Nessa perspectiva, segundo o Caderno de Orientações do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (BRASIL, 2011b) construído pela Secretaria Nacional de Assistência Social e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), existem eixos que norteiam o trabalho social do CREAS:

Estes eixos – atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalhem rede – devem nortear, ainda, a concepção compartilhada pela equipe na atuação profissional para o desenvolvimento do trabalho social (BRASIL, 2011b, p. 27).

Portanto, compreende-se como competências do CREAS a oferta e referência de serviços especializados de caráter continuado para as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, tendo o comprometimento com a segurança da acolhida, a segurança de convívio ou vivência familiar, a segurança de sobrevivência ou de rendimento de autonomia.

Logo, existem também serviços que não cabem ao CREAS como:

Ocupar lacunas provenientes da ausência de atendimentos que devem ser ofertados na rede; Ter seu papel institucional confundido com o de outras políticas ou órgãos, e por conseguinte, as funções de sua equipe com as de equipes interprofissionais de outros atores da rede, como, por exemplo, da segurança pública, órgãos de defesa e responsabilização ou de outras

políticas; Assumir a atribuição de investigação para a responsabilização dos autores de violência, tendo em vista que seu papel institucional é definido pelo papel e escopo de competências do SUAS. (BRASIL, 2011b, p. 25)

O reconhecimento dessas atribuições, podem vir a serem sustentados por uma esquematização da rede de atendimento, sendo de grande importância para que estabeleça a instituição o seu papel e suas responsabilidades, inclusive também, na importância de colaborar na identificação de lacunas e de privar a instituição a não exercer papéis que não são de sua competência. Conforme enfatizado nas Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, é importante mencionar que:

[...] a atenção especializada e a qualificação do atendimento ofertado no CREAS se expressam também por meio da prevenção do agravamento das situações atendidas. A esta prevenção concerne o conjunto de ações desenvolvidas na perspectiva da redução dos efeitos e consequências das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, vivenciadas pelos indivíduos e famílias atendidos. Nessa direção, podem ser prevenidos, por exemplo, a perpetuação de ciclos intergeracionais de violência intrafamiliar ou até mesmo o agravamento da violência, a tal ponto que rupturas ou afastamento do convívio se mostrem as estratégias mais adequadas para assegurar proteção. (BRASIL, 2011b, p.28).

2.3 O CREAS na Oferta de Serviços de Proteção Social

Sposati (2004 apud BRASIL, 2011b, p. 16), evidencia que a proteção social “se fundamenta na expansão de um padrão societário de civilidade que afiança um padrão básico de vida e respostas dignas a determinadas necessidades sociais”. Portanto, vale destacar que as práticas de proteção social no contexto da política de assistência social, propõem:

[...] aquisições materiais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social e individual e familiar; desenvolver capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia. (NOB/SUAS, 2005 apud BRASIL, 2011b, p. 16).

Nesse sentido, o caderno de orientações técnicas (BRASIL, 2011b) afirma que o Suas estabelece dois níveis de proteção social. A proteção Social destina-se à população que está em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos –relacionais e de pertencimento social, discriminações de gênero, étnicas, por idade, por deficiências.

Ora, a proteção social especial organiza:

[...] a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, tendo como objetivo contribuir para a construção/fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direito. Na organização das ações de PSE é preciso entender que o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural pode incidir sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, gerando conflitos, tensões e rupturas, demandando, assim, trabalho social especializado.” (BRASIL, 2011b, p. 17-18).

Por conta das especificidades e complexidades do trabalho social perante situações diversificadas, a proteção social vem a se dividir em dois níveis de complexidade, como: Proteção Social Especial de Média Complexidade (PSE/MC) e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Conforme evidencia as orientações técnicas do CREAS, a PSE de Média Complexidade oferta atendimento socioassistencial especializado e continuado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.” Já PSE de Alta Complexidade: Oferta serviços de acolhimento a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitário de origem” (BRASIL, 2011b, p. 20-21).

Portanto, são serviços de acolhimento que devem aderir padrões com base nas normativas do Suas e, que busquem ressaltar metodologias de atendimento e acompanhamento adequado, tendo como finalidade a preservação, fortalecimento e o resgate da convivência familiar e comunitária.

2.4 Atuação do CREAS e Qualificação dos Seus Serviços no Atendimento a Mulheres em Situação de Violência Doméstica

Em 2003, por meio da lei 10.683 foi criada a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Esta secretaria tem como competência elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional, elaborando o planejamento de gênero para que assim contribua na ação do governo federal e das diversas esferas de governo e promoção da igualdade de gênero. Visando articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados a implementação de políticas para as mulheres.

Com isso, a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres juntamente com o apoio do movimento feminista e demais movimentos sociais, desenvolveu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e vem dando todo apoio para ações de prevenção e combate a violência contra mulheres, oferecendo todo um suporte técnico e financeiro. Seriam eles, os serviços especializados no atendimento, proporcionando eventos de capacitação de pessoas que atuem na prevenção e atendimento, possibilitando a atuação dos poderes públicos para a constituição das redes de cidadania abarcando principalmente, os serviços de assistência social, saúde, educação, segurança, trabalho, justiça e habitação, tendo como intuito ampliar o efetivo acesso de mulheres às políticas públicas setoriais e aos serviços de Justiça e Segurança Pública.

O CREAS, atua na proteção social especial de média complexidade (PSE/MC) tendo como objetivo, contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a consolidação de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, levando em consideração o contexto socioeconômico, político, histórico e cultural que recaem sobre as relações familiares, comunitárias e sociais, que por muitas vezes acontecem de forma conflituosas, gerando tensões e rupturas, fazendo-se necessário o trabalho social especializado por parte da equipe.

As demandas atendidas pelo CREAS estão ligadas a vários elementos e aspectos que necessitam de atenção especializada e qualificada perante o atendimento prestado. Por conta das singularidades apresentadas pelo público atendido pelo CREAS, se faz necessário entender que requisitarão de especificidades na atenção ao atendimento.

Em concordância com as orientações técnicas (2011b):

A oferta de trabalho social nos CREAS, pressupõe a utilização de diversas metodologias e técnicas necessárias para operacionalizar o acompanhamento especializado. Requer, ainda, a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com a Unidade e profissionais da equipe, além de postura acolhedora destes, pautada na ética e no respeito à autonomia e à dignidade dos sujeitos. Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso a direitos. (BRASIL, 2011b, p. 28).

Logo, é necessário que haja articulação das instituições para que o trabalho em rede se torne efetivo e seja um processo dinâmico, a fim de buscar alternativas que priorizem os indivíduos e as famílias. O CREAS, como coloca o caderno de orientações técnicas deve:

[...] buscar a articulação em rede para fortalecer a complementaridade das ações dos CREAS com os diversos órgãos envolvidos no acompanhamento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos. Para tanto, deve primar pela articulação que almeje o acesso dos usuários aos demais serviços, projetos e programas que integram o SUAS e às outras políticas públicas, considerando a complexidade destas situações, que exigem atenções para além das proporcionadas pelo CREAS. (BRASIL, 2011b, p. 37).

É importante mencionar que, a mulher em situação de violência está submetida a uma violação de direito que lhe faz permanente ao ciclo de violência. Portanto, o CREAS como órgão pertencente a rede de enfrentamento a violência contra a mulher, deve oferecer a estas mulheres um serviço pautado na ética, no respeito afim de desenvolver um trabalho de prevenção, numa perspectiva de diminuir os impactos e consequências dos fatos sob risco pessoal, social e por violação de direitos, perante as situações vivenciadas, tendo como finalidade despertar a sua emancipação e autonomia.

Portanto:

Os Centros de Referência de Assistência Social/CRAS e Centros Especializados de Referência de Assistência Social/CREAS foram priorizados entre os demais serviços sócio-assistenciais (que incluem abrigos para crianças e mulheres, casas de acolhimento provisório, casas-abrigo, entre outros), dada a proximidade desses serviços com a população de mulheres e por integrarem a rede de atendimento à mulher em situação de violência. Ressalte-se que os Centros de Referência de Assistência Social/CRAS constituem uma das portas de entrada para as mulheres em situação de violência, sendo responsáveis pelo encaminhamento e acolhimento das demandas das mulheres em situação de vulnerabilidade e que os Centros Especializados de Referência de Assistência Social/CREAS consistem em um importante espaço de atendimento, podendo ser incorporados ao rol de serviços especializados. (BRASIL, 2011b).

Nessa perspectiva Silveira mostra que:

Considerando a complexidade do fenômeno e a multiplicidade de demandas apresentadas pela mulher em situação de violência, tem se verificado a necessidade de que o atendimento se realize numa perspectiva multissetorial, capaz de oferecer respostas mais eficazes, em um prazo mais curto de tempo. Entretanto é fundamental que estas ações possam se dar de forma articulada, para que os diferentes serviços possam conhecer seus parceiros e trabalhar num sistema de referência e contra-referência, garantindo que as necessidades das usuárias sejam atendidas. Esta forma

de articulação é conhecida como rede. As redes podem adquirir caráter local, regional ou nacional. (SILVEIRA, 2003 apud DAMASCENO, 2013, p. 48).

E conforme destacado pelo caderno de orientações técnicas:

[...] podem ser prevenidos, por exemplo, a perpetuação de ciclos intergeracionais de violência intrafamiliar ou até mesmo o agravamento da violência, a tal ponto que rupturas ou afastamento do convívio se mostrem as estratégias mais adequadas para assegurar proteção. (BRASIL, 2011b, p. 28).

Desse modo, entende-se que os centros de referência, são estruturas essenciais dos programas de prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher e tem como objetivo, cessar a situação de violência vivenciada pela mulher atendida sem ferir o seu direito perante situação de violência por ela vivenciada. O seu foco de intervenção é, prevenir futuros atos de agressão e de promover uma interrupção do ciclo de violência. Pois, devem exercer o papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que compõe a rede de atendimento interdisciplinar psicológico, social, jurídico, de orientação e informação para a mulher em situação de violência.

3 A PESQUISA: Apresentação dos Resultados

O presente capítulo irá estabelecer a importância de dar visibilidade ao fenômeno da violência doméstica e mostrar a importância de lutarmos contra formas de opressão e as desigualdades de gênero, como já discutido nos capítulos anteriores. E, principalmente, fortalecer como o papel da rede é indispensável para se pensar possíveis estratégias de rupturas de mulheres inseridas em um relacionamento abusivo com os supostos agressores, para que através destes serviços, busquem garantir a estas mulheres sua emancipação, liberdade e reconhecimento de si mesmas enquanto seres capazes perante a situação de violência na qual está inserida.

Para agregar mais valor a discussão, se faz necessário mencionar um pouco sobre a história da cidade de Cachoeira e o processo histórico de mulheres da época, por ter como objeto de pesquisa, o CREAS Raimunda Simões de Oliveira situado no município.

3.1 Um Pouco sobre Cachoeira, Suas Riquezas Históricas e a Participação das Mulheres nesse Processo

Cachoeira é um município intitulado de Cidade Histórica e Monumento Nacional, por conta da sua rica trajetória histórica. A cidade está localizada às margens do rio Paraguaçu no Recôncavo Baiano e, muitos pesquisadores, acreditam que a origem de sua história se deu no século XVI. Porém, alguns acreditam se deu em meio aos anos de 1595-1606, mediante a fundação da capela de Nossa Senhora da Ajuda.

Em 1531, o recôncavo baiano evidenciava terras que possibilitavam a plantação e o cultivo da cana-de-açúcar que vinham a ser exploradas pelos senhores de engenho. Em partes, outras culturas ali cresciam como por exemplo, a do fumo que em dias atuais ainda se mantem como dos melhores no interior do Estado (BRASIL, 2017).

A formação social e seu conseqüente desenvolvimento urbano estiveram baseados na economia açucareira, fumageira e de agricultura de subsistência. Sua dimensão e riqueza territorial fez com que o Recôncavo aglomerasse um grande número de pessoas, principalmente a população negra escravizada e de

alforriados/as (NASCIMENTO; BARBOSA, 2010 apud GOMES; ROSA, 2014, p. 15). “Além do engenho, coexistiam a casa grande e senzala, um núcleo patriarcal onde família e trabalho se mesclavam, formando o traço estrutural da vida cotidiana nos primeiros anos da colônia” (BARBOSA, 2010 apud LESSA, 2009, p. 98).

Conforme citado por Gomes e Rosa, a expansão da cultura fumageira em Cachoeira:

[...] abriu significativos postos de trabalho e muitas mulheres foram vender sua força de trabalho nas fábricas de charuto que funcionavam na região, em superior número as mulheres negras. A fabricação artesanal fazia com que o corpo de trabalhadores fosse quase que exclusivamente feminino. (GOMES; ROSA, 2014, p. 100).

Partindo desta lógica, o debate a partir do contexto das charuteiras como mulheres e trabalhadoras da época:

[...] exprime uma oposição à chamada história tradicional, por se ocupar, em grande parte, da história das pessoas comuns e da fala dos oprimidos. Assim, é que o estudo do cotidiano das charuteiras inclina-se pelo eixo das relações sociais de gênero, não se restringindo ao discurso ou às relações entre este e a prática, mas na perspectiva de vislumbrar a vida dessas mulheres no âmbito do lar como mães e como esposas, que foram dominadas, mas que também dominaram; no trabalho, na condição de charuteiras que foram exploradas, mas que venceram a exploração das mais variadas formas dentro do seu contexto social e cultural; e, na sociedade a que pertenciam, como seres sociais que trabalharam, consumiram, que festejaram suas entidades religiosas dentro do calendário cristão ou não, e que circulavam nas ruas e se relacionavam com os demais segmentos sociais. É nesse contexto do processo de produção das experiências sociais, culturais e históricas das charuteiras, que outras questões relativas à raça e classe tendem a se manifestar. (SILVA, 2001, p. 68).

Portanto, foi no século XIX que Cachoeira se encontrou estabelecida decisivamente no cenário da história política, baiana e brasileira. Historicamente é considerada centro de onde se moveram lutas armadas contra os portugueses na Independência do Brasil, vista como pioneira no movimento emancipador do Brasil. (BRASIL, 2017).

Vistos como marcos históricos, inclui-se o 25 de junho de 1822 onde Cachoeira já declarava o príncipe D. Pedro I como regente, no qual se antecipou o Grito do Ipiranga gerando assim o 2 de Julho de 1923, vindo a declarar neste dia, Cachoeira como sede do governo baiano. A cidade é cenário de uma rica cultura e vários pontos turísticos, sendo eles : Convento e Igreja Nossa Senhora do Carmo; Cultural da Irmandade da Boa Morte; Igreja Nossa senhora da Ajuda; Casa de

Câmara e cadeia pública; Ponte Dom Pedro II, entre outros. A cidade também tem como filhos ilustres: Dona Dalva Damiana de Freitas (operaria charuteira, e líder do Grupo de samba de Roda Suerdick e integrante da irmandade da boa morte) Ana Néri (considerada “mãe dos brasileiros por atuar na Guerra do Paraguai”.); Manoel Tranquilino Bastos (maestro e instrumentista), entre outros.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018), a população do município estima-se em 33.861 habitantes. Mesmo com toda essa riqueza e virtude dos seus feitos, Cachoeira não se isenta das consequências decorrentes da questão social. O município contém em sua estrutura, territórios e população em situação de vulnerabilidade social e sujeitos com direitos violados que devem ser assistidos pelas políticas sociais através dos serviços sócioassistenciais do município desenvolvidos pelas instituições que prestam atendimento.

3.2 Breve Contextualização Histórica sobre o CREAS Raimunda Simões De Oliveira, Cachoeira-BA

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Raimunda Simões de Oliveira fica localizado na Rua J.J. Seabra, s/nº - Centro – Cachoeira-ba. Foi implantado na cidade em 19 de Junho de 2012, operando conforme regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (2003 apud SANTOS, não publicado). Ele atende ao território de abrangência Rural e Urbano do município de Cachoeira, e vem a ser considerado uma unidade pública estatal de abrangência municipal, por possuir uma população reconhecida pelo IBGE (2018), com a equivalência de 33.861 habitantes. Podendo ser considerado assim, um CREAS de porte II, que se justifica de acordo o diagnóstico socioterritorial. Atualmente, são acompanhadas pelo CREAS Raimunda Simões de oliveira, quinze mulheres em situação de violência doméstica. São oferecidos serviços de orientação, apoio e acompanhamento especializado e continuado à indivíduos e famílias com direitos violados. Para tanto, deve ter a família como foco de suas ações, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção e a socialização de seus membros, devendo, igualmente, manter articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas para o fortalecimento da função protetiva das

famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e as submetem a situações de risco pessoal e social (SANTOS, não publicado).

Realiza-se a acolhida necessária ao longo de todo o período de acompanhamento, com o objetivo de identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliando se realmente constitui situação a ser nos Serviços do CREAS ou encaminhamentos, possibilitando a construção de vínculo de referência e de confiança, realiza também escuta qualificada, orientação, encaminhamento, atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (orientação sócio familiar, atendimentos Psicossocial individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação das famílias encaminhadas para acessar serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

De acordo com as orientações técnicas (BRASIL, 2011b), é de obrigatoriedade de todo CREAS ofertar o PAEFI, que é o serviço de Proteção e Atendimento especializado a famílias e indivíduos. O trabalho social no CREAS Raimunda Simões de Oliveira é realizado através desse serviço e conforme necessário, existem os serviços onde a população usuária da instituição, está classificada nas seguintes categorias: mulheres, pessoa com deficiência, idoso, criança e adolescente, população em situação de rua que podem ser amparados pela instituição, no que toca o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, do serviço especializado em abordagem social e do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias conforme citado no caderno de orientações técnicas do CREAS.

Ao se tratar das demandas que chegam à instituição, elas se dão por espontaneidade, por encaminhamento dos órgãos judiciários e principalmente com as articulações dos profissionais dessa rede de atendimento. Por isso a importância da efetividade dos serviços prestados aos usuários. Tem como órgãos parceiros do seu trabalho dentro do município: a Secretaria Municipal de Assistência Social; CRAS; Conselho Tutelar; Poder Judiciário; Ministério Público; Delegacia; CAPS; NASF; Secretaria de Saúde; Secretaria de Educação entre outros. Possui uma equipe técnica formada por: Assistente Social; Psicóloga; Advogada; Coordenadora;

e como integrantes da equipe e colaboradores dos serviços: técnico de abordagem, recepcionista, auxiliar de serviços gerais.

Conforme objetivo da pesquisa, será analisado de qual forma a rede formal e informal, tendo como objetivo o CREAS Raimunda Simões de Oliveira, está contribuindo para a construção de estratégias de rupturas com a violência doméstica em apoio para que mulheres em situação de violência, possam a vir a romper com este ciclo, e como estas mulheres enxergam o trabalho da instituição e o papel da família diante do fato.

3.3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada com técnicos do centro de referência especializado (CREAS) Raimunda Simões de Oliveira Cachoeira-Ba, e com mulheres inseridas num ciclo de violência doméstica acompanhadas e não acompanhadas pelo CREAS. Tendo como abordagem, o método de pesquisa qualitativa e como suporte, um questionário semiestruturado. Pois, o objetivo foi averiguar como se dão os ciclos de violência doméstica contra a mulher no município, e como se dá a atuação da rede perante o fenômeno, de forma como viabilizam a construção de estratégias para que estas mulheres possam vir a romper com ciclo de violência doméstica sendo asseguradas pelos os serviços prestados. As entrevistas ocorreram conforme a disponibilidade das participantes. A limitação da pesquisa se deu porque as mulheres acompanhadas pela instituição, não se sentiram a vontade para prestar seus depoimentos, por conta de toda uma fragilidade psicológica das mesmas.

Como instrumento de coleta dados, foi utilizado para uma das entrevistadas o chat online e aparelho celular na função de gravador de voz. Foram entrevistas duas funcionárias e duas mulheres em situação de violência doméstica. A revisão de literatura escolhida para a abordagem da pesquisa, foi a literatura sobre gênero e violência doméstica, gênero e família e também sobre legislação e decreto que referência violência doméstica.

Espera-se que a pesquisa realizada, contribua para que a rede de apoio do município possa dar maior visibilidade a esse fenômeno de modo que garanta a estas mulheres, os seus direitos de proteção e suporte viabilizando a construção de estratégias de enfrentamento a essa violência, para que as mesmas sintam a necessidade de sair do ciclo de violência em que está inserida. O resultado da

pesquisa estará exposto como trabalho final de conclusão de curso, e arquivado na biblioteca da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia CAHL, Centro de Artes Humanidades e Letras para livre acesso público.

3.4 Desenvolvimento e Análise das Entrevistas

Para obter resultados referentes a minha pesquisa, foram entrevistadas duas mulheres inseridas num ciclo de violência doméstica, sendo uma já acompanhada pela instituição e outra que não foi acompanhada pela instituição e compondo também o quadro de entrevistados, duas técnicas que constituem a rede de atendimento do CREAS. Vale ressaltar, que houve resistência de algumas mulheres que são acompanhadas atualmente pelo CREAS a participarem das entrevistas, como já explicado durante o texto.

A escolha da instituição se deu por conta do meu primeiro contato com o tema, através de participar de alguns acolhimentos em casos de mulheres em situação de violência, no primeiro campo de estagio que foi o Centro de Referência de Atendimento a Mulher, (CRAM) na cidade de Feira de Santana, e também no segundo campo de estagio, o CREAS, juntamente com a efetividade do trabalho desenvolvido na mesma, e pela observação do trabalho exercido dentro da instituição, principalmente por entender que deve-se discutir a importância dos serviços oferecidos pela rede, agregando de certa forma uma maior visibilidade a essas demandas

Com o apoio da coordenação, pude desenvolver a pesquisa de forma a facilita-la obtendo as informações precisas. Foi esclarecido todo o protocolo referente a pesquisa, enfatizando que não colocaria em risco as pessoas inseridas nesse processo, e teria como propósito, levantar dados do município de Cachoeira-Ba, diante da problemática posta. Ressalva-se que por ser um material que discute violência doméstica, e por se tratar de pessoas que poderiam apresentar momentos de fragilidade emocional durante a aplicação das entrevistas, foi apresentado um termo de consentimento no qual, as mesmas estariam cientes do uso dos dados coletados anonimamente através das entrevistas, explicando que as participantes teriam todo o direito de se recusar a continuar caso apresentasse algum desconforto ao relatar sobre.

Diante do exposto, os pronunciamentos a seguir expressarão de que forma o CREAS Raimunda Simões de Oliveira, contribui para se obter resultados significativos na intervenção dos casos de violência doméstica no município.

Dando início as entrevistas, foi questionado as funcionárias, como se dava a efetividade dos serviços oferecidos pela instituição no município para as mulheres em situação de violência, já que :

[...] o CREAS “deve oferecer a estas mulheres um serviço pautado na ética, no respeito afim de desenvolver um trabalho de prevenção, numa perspectiva de diminuir os impactos e consequências dos fatos sob risco pessoal, social e por violação de direitos, perante as situações vivenciadas, tendo como finalidade despertar a sua emancipação e autonomia”, conforme enfatiza o caderno de orientações técnicas (BRASIL, 2011b).

Conforme resposta, elas dizem que:

O centro de referencia especializado de assistência social-CREAS busca contribuir o fortalecimento no desempenho de sua função protetiva a fim de restaurar e preservar as condições de autonomia e garantia de direitos das mulheres vítimas de violência junto às políticas públicas do município de Cachoeira- ba. (ENTREVISTADA A - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Através das orientações, acompanhamento familiar e encontros grupais, trabalhamos assuntos voltados a demanda em questão com falas de empoderamento e autonomia. (ENTREVISTADA B - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

No entanto, elas assinalam que os serviços estão sempre buscando garantir a essas mulheres a proteção e sua autonomia perante as situações de violência vivenciadas. Percebe-se que a instituição busca exercer uma perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção e a socialização de seus membros, visando articular, promover e executar políticas publicas, mantendo uma constante articulação com o sistema de Garantias de Direitos e com a rede socioassistencial do município. Tendo como finalidade a função protetiva dessas mulheres, perante condições que as colocam em situações de risco pessoal e social.

Ao serem questionadas sobre, quais são as medidas práticas adotadas pela instituição quando uma mulher em situação de violência chega ao CREAS, elas trazem que:

Para além do acolhimento, a equipe técnica realiza a escuta qualificada afim de identificar a real situação, conforme demanda, as medidas cabíveis são tomadas como; encaminhá-la aos órgãos de garantia de direito a exemplo da delegacia de polícia civil, considerando que o município não possui

delegacia da mulher, onde a mesma registra o B.O e conseqüentemente é encaminhada à realizar o exame de corpo de delito para que assim seja garantido sua medida protetiva dando seqüência ao acompanhamento psicossocial no equipamento CREAS através da equipe multidisciplinar. (ENTREVISTADA A - TÉCNICA DO CREAS).

É realizado acolhimento pela equipe técnica multidisciplinar (Assistente Social, Psicóloga e Advogado), encaminhamento aos órgãos, visita domiciliar, acompanhamento psicossocial (ENTREVISTADA B - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Observa-se a importância da articulação dos serviços na rede, e dos profissionais estarem aptos a lidar com essas demandas específicas para que não haja uma desarticulação e isolamentos dos serviços perante as três esferas de governo (Estaduais, Distrito Federal e Municipais). Todavia, o trabalho em rede surge então, como um caminho para superar essa desarticulação e a fragmentação dos serviços, por meio da ação coordenada de diferentes áreas governamentais, com o apoio e monitoramento de organizações não-governamentais e da sociedade civil como um todo. (BRASIL, 2007, p. 29).

A violência institucional pode ser mais uma barreira a ser encontrada pela vítima que esta em busca de apoio. A mesma, corresponde a ações diante dos serviços prestados partindo de atitudes ou omissão dos mesmos perante as demandas. “Pode incluir desde a dimensão mais ampla da Falta de Acesso a serviços, até a Má Qualidade dos Serviços. Abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições.” (MARTINEZ, 2008, p. 2). Por tanto, se faz importante toda essa articulação da rede para que essa não seja mais uma barreira a ser enfrentada por essa mulher.

Questionadas se a maior parte das mulheres que passam pelo CREAS conseguem fazer uma ruptura prática com o marido ou o homem que a violentou e quais os possíveis elementos que as impedem de fazer esse processo de ruptura com a violência doméstica, elas afirmam que:

Algumas sim! mas, a maioria dos casos apresenta resistência em função das questões econômicas, o vínculo afetivo entre outros fatores que são identificados, levando tais mulheres não conseguem romper o ciclo. Enquanto assistente social, busco contribuir para o favorecimento da proteção das mulheres as quais perpassam no equipamento o qual faço parte, sempre com o sentimento de que é possível a desconstrução e assim apresento o meu fazer profissional a cada uma, seja individual e/ou coletivo respeitando o sigilo e a ética profissional. Acima de tudo (ENTREVISTADA A - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Normalmente a mulher que passa pelo CREAS vítima de violência não consegue se libertar do ciclo de violência. Existe uma dependência emocional, financeira e a crença de que o marido vai mudar.. A dependência emocional, principalmente quando o casal tem filhos e a dependência financeira. (ENTREVISTADA B - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Quando destacadas possíveis questões de impedimento a esse processo de ruptura, ligadas à questões familiares, socioeconômicas, afetivas e o apoio institucional do Estado, uma das entrevistadas enfatizam que:

Considero que todas as fragilidades, e impossibilidades são de extrema responsabilidade do estado. É uma teia. sem dúvidas. Se o cidadão não é munido de educação, a violência, a negligencia, o desemprego entre outras mazelas são resultados de um estado decadente. (ENTREVISTADA A - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Ao expressar “É uma teia”, subtende-se que essas fragilidades envolvem questões familiares, socioeconômicas, questões afetivas, e a falta de apoio institucional do Estado. Deixando evidente, o Estado como maior responsável por não prestar a assistência devida ao fenômeno, se apresentando enquanto maior violador dos direitos destas mulheres.

Compreendemos que diversos fatores influenciam a permanência dessas mulheres em um relacionamento abusivo, no qual prevalecem relações de força dificultando essa ruptura com a violência doméstica, ligado a isto, está todo um processo histórico de dominação masculina construída por um poder estrutural de opressão. O Estado enquanto maior instituição de garantia de direitos, demonstra muitas vezes, uma determinada falência na prestação dos seus serviços para determinados grupos sociais. Logo, para combate e enfrentamento dessa violência, o Estado criou legislações essenciais e de grande importância, perante conquistas dos direitos humanos das mulheres pois, tem como atribuições combater, vigiar , prevenir, reparar e penalizar ações referente a violência contra a mulher, as entrevistadas acreditam também que :

[...] para o Estado ou as entidades federativas, estaduais e municipais agirem de forma prática afim de impedir o ato de violência doméstica e proteger a mulher violentada, é necessário uma reformulação total onde as políticas públicas sejam efetivamente implementadas, creio que literalmente nosso Estado necessite de trabalho de base.” (ENTREVISTADA A - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Autonomia financeira através da geração de emprego, renda e conseqüente empoderamento dessas mulheres. A proteção pode acontecer através da implantação de DEAM ou profissionais especializados nas delegacias de

polícia e órgãos de garantia de direitos. (ENTREVISTADA B - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Trazem também uma análise referente ao trabalho das instituições para a proteção dessas mulheres vítimas de violência doméstica perante as três esferas, com base na efetividade das políticas públicas que tenham como garantia, a proteção dessas mulheres. Acreditam, que gerar empregos viabilizaria, a emancipação dessas mulheres, de forma a contribuir para a sua liberdade, empoderamento e autonomia a ponto da conscientização das mesmas a não se permitirem permanecer no relacionamento abusivo. Como coloca Netto et al. (2015, p. 138-139) o estudo e o trabalho, são práticas que favorecem o empoderamento e fazem com que essas mulheres se sintam melhores consigo mesmas e mais prestativas e úteis no meio em que vivem, principalmente na relação com a família. Entretanto, entende-se que:

Na relação da mulher com o parceiro íntimo violento, há carência de intercâmbios de pontos de vista. Estes homens, muitas vezes, têm dificuldade em aceitar a ascensão social de suas companheiras, pois acreditam que as mulheres devem viver subjugadas às suas vontades. Por outro lado, elas possuem o direito de trabalhar e de gozar de sua liberdade, de que, muitas vezes, são privadas, pelas ameaças do parceiro. Estas mulheres revelaram a necessidade de os homens respeitá-las em suas escolhas, resgatando seus estudos e trabalho, com a conquista de sua independência no cenário econômico. Este é o principal passo para o seu processo de encorajamento na tomada de decisão diante da violência. (NETTO et al., 2015, p.140).

Sabemos que através do CREAS: podem ser prevenidos, por exemplo, a perpetuação de ciclos intergeracionais de violência intrafamiliar ou até mesmo o agravamento da violência, a tal ponto que rupturas ou afastamento do convívio se mostrem as estratégias mais adequadas para assegurar proteção. Nesse sentido foi questionado como se dá a atuação do CREAS, e se ela se efetiva de modo eficaz. Foi respondido que:

O CREAS por ser unidade de proteção especial de média complexidade, implantado em nosso município de pequeno porte, enfrenta obviamente os mesmos desafios de qualquer outro. Muito se luta mas nem sempre se vence. Segue-se o fluxo. A equipe busca contribuir para garantir a efetivação dos serviços levando em consideração os encontros que são muitos. (ENTREVISTADA A - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

Nesse caso o CREAS realiza orientação sociojurídica e encaminhamento a delegacia de polícia, onde é feito o afastamento através da medida protetiva. E se tratando de violência intrafamiliar é feito acompanhamento psicossocial. (ENTREVISTADA B - TÉCNICA DO CREAS, 2019).

O afastamento ou a ruptura dos indivíduos em seu convívio familiar, se mostram estratégias adequadas para garantir a sua proteção. Contudo, a atenção especializada e a qualidade do atendimento oferecido pelo CREAS mostra através da prevenção, o agravo das situações. Arelada a esta prevenção, se expressa um conjunto de ações desenvolvidas, que estão direcionadas a diminuição de resultados e consequências, dos casos envolvendo risco pessoal, social e violação de direitos, vivenciadas pelos indivíduos e famílias atendidas (BRASIL, 2011b).

Conforme relato das entrevistadas, foi colocada as dificuldades que a instituição enfrenta para realizar o seu trabalho e que mesmo assim, busca tornar o trabalho efetivo a ponto de garantir ao seus usuários, um atendimento humanitário e de qualidade conforme estabelece o caderno de orientações técnicas, mesmo tendo que enfrentar obstáculos para a realização dos mesmos .

Ao realizar as entrevistas, as mulheres dispostas a responderem o questionário, foram mulheres com a idade de 24 anos que vivem no processo de violência doméstica, e não conseguiram fazer a ruptura com este relacionamento. Durante as entrevistas, percebi que ao relatarem sobre as opressões sofridas, estas mulheres se encontram traumatizadas e com a auto estima muito baixa. Uma delas ao fazer o seu relato, emocionou-se várias vezes, mas a todo momento teve o seu direito de resposta respeitado.

Primeiramente, questionou-se, se existe uma condição de inferioridade relacionada a costumes e comportamentos por parte do gênero que adotam um padrão de relacionamento desigual entre os homens e as mulheres e, se conseguiam identificar quais os atos e comportamentos masculinos que são aceitáveis e considerados naturais dentro e fora de casa, a entrevistada responde que:

Sim, contudo acredito que até hoje o poder que o homem tem sobre a mulher aumenta a cada dia, por isso que muitos deles acham que tem o direito de apresentar ser melhor, ou seja a sociedade mesmo faz o homem como um "Machista". (VITIMA A, 2019).

Ser grosseiro com a esposa, humilha-la por conta da renda, relacionar-se fora do casamento reclamar de tudo, não ajudar nas atividades domésticas, discussão. (VITIMA A, 2019).

Sim! Quando eu era criança não percebia muito essa diferença, na minha casa, eu e meus 3 irmãos fomos criados pelo minha vó, meus pais se separaram quando eu tinha 2 anos de idade e a partir daí eu não convive, com a presença do homem, só dos meus 2 irmãos que eram criança, e

minha vó e minha mãe sempre dividia as tarefas de casa de forma igual, porém com o tempo eu fui percebendo que as tarefas de casa que eram mais atribuídas para meninas, ficava comigo e com minha irmã, só eu e ela tinha que ir para o rio lavar roupa e prato, meu irmão até lavava prato, mais os amigos dele ficava chamando ele de menininha. Quando minha mãe começou se relacionar com o atual marido dela, minha vida e da minha irmã virou um inferno, ele começou a se meter na nossa vida, dizia que a gente tinha que aprender fazer as coisas de casa direito, a fazer comida, que quando eu e minha irmã casasse o marido ia bater porque a gente não sabia fazer comida. Com isso minha mãe foi mora com ele, e eu e minha irmã ficamos com nossa vó. E foi nesse momento, acho que eu tinha uns 7 anos de idade que eu comecei a achar que homem e mulher tinha lugar diferente, minha mãe sempre tinha que obedecer meu padrasto e eu tinha medo porque ele gritava ela, era grosso. (VITIMA B, 2019).

Desta forma, fica claro na fala das entrevistadas, a existência uma construção social que fortalece e legitima costumes que submetem a mulher a naturalização do machismo, de modo a se manifestarem em nossos atos e comportamentos através de imposições dos papéis sociais tendo como exemplo, as tarefas domésticas que são atribuídas de forma natural como papel da mulher. Interferindo assim, em nosso modo de se relacionar, posicionando a mulher sempre numa condição de subalternidade e homem numa condição de dominador, já que para ser bem visto pela sociedade, é necessário que a todo tempo esteja como liderança nos diversos aspectos das relações sociais.

Logo como configura Silva:

[...] ser masculino é deter o controle e o poder nos espaços públicos e privados; enquanto, ser feminino está intimamente ligado à maternidade, à fragilidade e à submissão ao homem. A distinção desses mundos, também, se configura pela defesa e a distribuição dos lugares das normas de conduta moral e pela preservação dos valores em oposição. (SILVA, 2001, p. 69).

Bourdieu (2012) afirma que a dominação masculina está sempre presente em nossas relações sociais, e que se evidencia como uma máquina simbólica que tende a demonstrar essa dominação acerca do que se constitui como, a divisão social do trabalho, das atividades atribuídas a ambos os sexos, dos lugares reservados para cada um deles. Bourdieu (2012) vai relatar também, as instituições sendo a família, a cultura, religião, a mídia e o Estado, como instrumentos aos quais se perpetuam a violência de gênero considerando sempre, a figura masculina como uma forte simbologia de dominação.

No entanto, foi questionado: Considera que comportamentos que definem o que é ser homem e o que é ser mulher internalizados em nossas praticas cotidianas,

influencia a percepção e reação das vítimas a não se perceberem em situações de violência? De que forma? Observemos na seguinte passagem:

Sim. Acabam considerando normais formas de violência física ou psicológica por conta de padrões sociais machistas. Mas acredito que a mulher acha normal porque já vive aquela situação. Mas independente do homem ser machista querer mandar .. querer ser superior ... a mulher vive nessa situação porque ela quer, muitas se privam com medo, mas a maioria vive essa realidade por que realmente gosta, porque pessoalmente eu vivo isso e me permito está nisso porque não trabalho e quero está nessa situação por conta das despesas que no caso é ele que arcar com tudo. (VITIMA A, 2019).

Porque desde criança aprendemos a ter medo do homem, na minha comunidade todo mundo falava que eu e minha irmã iria engravidar cedo e ainda iria deixar para minha avó criar, tudo esse comentário só porque a gente não era criada com pai. A gente aprende a se diminuir quando não estamos sobre o domínio do homem, e o homem sempre acha que a mulher deve obedecer suas regras. E a mulher por já está nesse processo de dominação acaba achando natural, que o homem trate mal e reclame de tudo. No início da minha agressão eu achava normal, até achava que ele gritava, apertava meu braço, me empurrava, porque me amava e estava com ciúmes. Eu ainda ficava pensando o que eu tinha feito, na verdade ele sempre me culpava, fazia com que eu achasse que o problema estava em mim. Várias vezes meu namorado me deixou em casa porque ele queria que eu trocasse a roupa, quando ele saía eu ainda ficasse arrependida, porque não tinha trocado o short ou a saía, que ele achava curta. (VITIMA B, 2019).

Todavia, fica claro a presença da violência simbólica em ambas as falas, quando apresentam que as mulheres acham normal e naturalizam essas formas de violência porque já faz parte do seu cotidiano. No entanto, essa dominação simbólica se apresenta de forma a não percebermos todos estes costumes, crenças e linguagens presentes em nosso cotidiano, entendendo a representatividade da figura masculina como uma forma de poder a ser exercido nos diversos meios sociais. Desta forma, algumas mulheres acabam se culpabilizando pelos atos praticados contra elas na relação. Muitos comportamentos são vistos como relações de cuidado, bem como o ciúme, proibição de certos tipos de roupa, gerando na vítima um processo de alienação que faz com estejam inseridas condição de opressão naturalizada, favorecendo a sua permanência no ciclo de violência, .

Conforme perguntado sobre o seu entendimento por violência doméstica, e tipos e formas existentes da violência que conhece, as entrevistadas expressaram:

Qualquer tipo de agressão sofrida pela mulher, tendo como autor seu cônjuge. (VITIMA A, 2019).

Psicologia, física, sexual. Porque as duas principais que é a psicológica e a física eu já vivo. A psicológica porque me humilha, me maltrata, fala que eu estou gorda, que eu estou feia, que eu tenho que emagrecer. A física por que qualquer motivo de um abraço é um murrão pontapé, eu tombar eu tomo um soco, se brigar ou discutir é um enforcamento. E o sexual também existe mas eu transo com ele contra a minha vontade, porque eu gosto do dinheiro dele então eu tenho que satisfaze-lo mesmo não tendo vontade (não é obrigado não) mas transo para poder ter meu dinheiro no final do dia. (VITIMA A, 2019).

Eu cresci vendo minha mãe ser maltratada, espancada de todas as formas, eu ficava sem entender, e desde então eu comecei a pesquisar sobre o assunto, porque é algo que me incomoda bastante, eu sempre dizia que eu nunca iria aceitar um relacionamento abusivo. Em 2015 fiz o Enem, e o tema foi violência doméstica, naquele momento fiz um desabafo e escrevi a redação baseada numa tristeza que já me acompanhava a anos, passei na Universidade e fui fazer serviço social, justamente pensando nas mulheres da minha comunidade, eu queria ajudar aquelas mulheres e minha mãe a não aceitar ser humilhada por seus marido. E aí eu entendi que a violência doméstica, se dá de várias formas e não necessariamente a física. E acabei percebendo que eu também estava no relacionamento abusivo, e quanto mais eu enfrentava, pior ficava. (VITIMA B, 2019).

Agressão verbal, xingamento, chantagem, agressão psicológica e física, empurrões, tapas, obrigar a ter relação sexual, puxões de cabelo, ameaça. (VITIMA B, 2019).

Entretanto, a violência doméstica segundo Matos (2017, p. 33) caracteriza-se como “qualquer ato ou omissão com base no gênero que pode causar morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral e patrimonial.”

Diante disso, podemos perceber que a violência doméstica está associada a costumes patriarcais que colocam a mulher numa posição de inferioridade em relação ao homem, desencadeando um processo no qual a vítima naturaliza e internaliza essas ações violentas, visto como experiências e costumes assimilados dentro de suas histórias de vida.

Variadas formas de violência são cometidas contra essas mulheres e, através da implementação da Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006), foram criados mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Nela, se classifica os seguintes tipos de violência doméstica: psicológica; física; sexual; patrimonial e a moral.

Ambas entrevistadas evidenciam em seu discurso, a violência interpessoal, vivenciada nos âmbitos psicológico, físico e sexual. Sobre suas concepções a psicológica causa dano emocional, ameaça, controle de comportamentos, envolvendo atos de humilhação, que levam a mulher a uma baixa autoestima, A física que vem a ser quando ofende a integridade ou saúde corporal, onde relata que a qualquer demonstração de afeto, o seu companheiro a retribuir com socos, chutes

e enforcamento. Já a sexual, se configura sendo qualquer conduta que a constranja ou force uma relação, onde expôs manter relações com o seu companheiro contra a vontade, sendo que ele não à obriga, o fato é a dependência financeira, onde acredita que se houver uma resistência por parte da mesma em manter relações sexuais, fica sem ter o dinheiro em mãos. A patrimonial à impede de ter acesso a bens, documentos e recursos econômicos e a moral, que se configura calúnia injúria ou difamação. Porém, essas não foram citadas por elas, mas vem a se configurar como formas de violência doméstica.

A pesquisa finaliza-se- questionando as participantes quais os tipos de violência são considerados mais graves, e se elas consideram ter sofrido algum tipo de violência doméstica; Se obteve as seguintes respostas:

Física e sexual. Física é a consequência do praticante que agride a sua companheira faz lesões no corpo, dando murros e pontapés, tapas, batendo com o tipo de objeto, e isso acontece frequentemente por que a vítima tem medo de chegar na delegacia denunciar, terminar o relacionamento e as consequências depois ser pior que antes e muitas vezes existe a medida protetiva mas sempre o agressor arranja um jeito de chegar até a vítima e muitas vezes acaba até as matando. A sexual é uma das mais graves na minha opinião, pois é um ato de estupro, e praticar relação sem a vontade da pessoa é uma ofensa. Pois o agressor faz loucuras tentando suprir o seu desejo sexual utilizando o corpo da vítima como objeto, e não é só o corpo que é machucado, a mente da vítima é a que mas sofre. Acredito que todos os dias tem casos de violência sexual contra mulher em muitos lugares desse mundo, muitas das vezes levando a vítima a uma depressão profunda e algumas das vezes a morte. Já a violência psicológica é aquela que mexe com nossa mente, com o nosso emocional aquela que nos fere, nos magoa, deixa nossa auto estima baixa, onde o companheiro tenta de todas as formas diminuir-nos mexendo com o nosso sentimento. (VITIMA A, 2019).

Sim, todos os dias sofro um tipo de violência, principalmente a física e psicológica, mas a que vivo frequentemente é a física, que ocorre por motivos banais, que muitas das vezes ocorre só por eu tentar agrada-lo. (VITIMA A, 2019).

Para mim a psicológica, vou fala da minha experiência porque foi um processo de quase 3 anos, me diminuído como mulher, como pessoa, eu acho que quando ele me bateu que deixou marcas no meu corpo, eu não me senti tão mal, eu fiquei com raiva, fiz a denúncia, as marcas saíram do meu corpo, depois de uns 15 dias. Mas eu não consigo fica em paz, eu tenho vergonha de sair de casa, eu só consigo ter um pouco de tranquilidade quando estou na minha comunidade, porque lá ninguém sabe que eu fui agredida pelo meu namorado. Tenho vergonha de fazer posts nas minhas redes sociais, tenho vergonha das minhas amigas, do que elas vão pensar de mim. Por isso acho que meu psicológico ficou abalado, porque eu sempre dizia que nunca iria aceitar um homem que me agredisse, e acabei sofrendo a agregação, e isso é o que me deixa mais inquieta, porque eu buscava a liberdade das mulheres da minha comunidade que sofria agressão dos maridos, e na verdade eu também estava na mesma situação. (VITIMA B, 2019).

Podemos observar através da fala da primeira entrevistada, a questão de resistência de algumas vítimas em denunciar o agressor por medo do que possa vir acontecer. E, ao pensar em denunciar as agressões cometidas pelos seus parceiros, essas mulheres já estão num estado de se recusar a viver a relação abusiva que passa a ser pra ela, uma convivência desagradável. Muitas vezes, a denúncia não é o caminho que a mulher violentada quer traçar mas, por não encontrar nenhum tipo de ajuda, passa a ser um meio que possa contribuir em alguns casos, para a ruptura do relacionamento abusivo vir a acontecer.

No caso da violência psicológica conforme colocado pela entrevistada, essa muitas vezes, insere a mulher em um processo de adoecimento afetando a sua saúde mental. De certa forma, essa violência é uma das mais difíceis de ser identificada por ser subjetiva, complicada de ser reconhecida até pela própria vítima por estar disfarçada de atitudes de cuidado. Essa violência se faz presente como a desqualificação do agressor para com elas, situações humilhantes, críticas de formas ofensivas ao seu corpo. Relata também que as agressões físicas acontecem por motivos de querer agradá-lo.

Logo, se faz necessário que aconteça a inserção dessas mulheres nos serviços da rede, como o apoio psicossocial, sendo estes espaços que promovem vínculos com outras pessoas, realizando atividades lúdicas, educativas, profissionais ou práticas de esportes (NETTO et al., 2015). Melhorando a sua autoestima no sentido de promover a sua valorização pessoal, a fim de despertar a necessidade de mudar de vida diante das relações estabelecidas dentro da instituição.

A segunda entrevistada procurou a rede de enfrentamento fazendo a denúncia, porém traz as expressões da violência psicológica como maior trauma. Pois, a vítima é levada a ter vergonha de se relacionar com outras pessoas, baixa autoestima por conta de julgamentos, estando voltada a um isolamento social.

Ao se reconhecerem e afirmarem vivenciar um ciclo de violência doméstica, foi questionado se as vítimas já pensaram em romper com o relacionamento abusivo ou violento e, se a ruptura desse relacionamento não veio a acontecer, qual a justificativa de ter que conviver no mesmo ambiente com uma pessoa que teria lhe violentado? Elas relatam que:

Tipo, eu rompi e reatei, não acho normal não, mas aceito conviver no mesmo ambiente que ele porque gosto do dinheiro dele. Tenho filhos mas

não é o motivo para que eu permaneça, mas sim pela vida que ele me proporciona, até mesmo porque eu não trabalho e ele me dá dinheiro para eu fazer o que eu quiser. Eu tenho casa própria, meus pais me ajudam a criar os meus filhos, só que quanto mais ele me dar ,mais quero, e por isso não quero me separar dele. (VITIMA A, 2019).

Eu tinha medo de deixa meu namorado, porque eu não estava trabalhando, e minha família não tinha condições de me ajudar, ai eu falava que só ia terminar com ele quando terminasse a faculdade, porque eu precisa fica na casa dele, e eu também gostava dele, ele dizia que ia mudar, mas nunca mudava. (VITIMA B, 2019).

Mesmo já estando 7 meses sem está morando com ele, ainda tenho medo de não conseguir pagar o aluguel, e aí ter que parar a faculdade, mais antes era pior, agora estou mais tranquila, agora já não gosto tanto dele, e também tenho medo porque ele não quer terminar, fala que sou a mulher da vida dele, que ele é sozinho no mundo, mais é tudo mentira, eu não acredito nele. Só o fato de não ter voltado para casa dele já é uma grande conquista para mim. (VITIMA, B, 2019).

Perante o que foi exposto pelas entrevistadas, o que se percebe de ambas é uma dependência dos seus parceiros em diversos aspectos, sendo estes considerados fatores de permanência no relacionamento abusivo e não conseguirem romper com a relação abusiva.

A dependência econômica, faz com que essa mulher seja prisioneira do seu companheiro para ter as suas necessidades supridas, pois não tem um emprego e ver no homem uma forma de estabilidade financeira. Não muito diferente está a dependência emocional que, conforme relatada em uma das falas, se apresenta como um processo no qual a vítima luta contra um sentimento vindo a alimentar ainda mais, a sua vontade de permanecer no relacionamento, mesmo estando numa condição visível de opressão e violência, enxergando o agressor como sua única base de apoio.

Desta forma, deve-se considerar importante a qualidade dos serviços prestados pelas instituições que visam contribuir para a prevenção e enfrentamento da violência doméstica garantindo a essas mulheres, um atendimento humanizado, preventivo e também reparador de danos de forma a se sentirem amparadas pelos serviços, havendo segurança para denunciar o agressor pois, é a vítima, a principal responsável por essa atitude a ser tomada (MARTINEZ, 2008).

Uma das mulheres entrevistadas passou por atendimento em curto prazo na instituição do CREAS e, a fim de se obter mínimas informações sobre o apoio e suporte dos serviços prestados, como breve questionamento, coloquei se havia um conhecimento por parte dela sobre os dos serviços prestados pela rede de atendimento e enfretamento a violência contra a mulher no município, e se sentiu-se

amparada com o atendimento prestado pelo CREAS do município, no que busca defender um processo de enfrentamento a violência contra a mulher, de que forma enxerga a contribuição do CREAS para o processo de ruptura da violência sofrida ela responde que:

Eu sei que existe uma rede de apoio, com atendimento psicológico, jurídico e acompanhamento com assistente sociais, mais não sei como funciona no município. Quando eu sofri a violência, depois de quase um mês eu procurei o CREAS, porque estava me sentindo muito mal, ficava chorando o tempo todo, quando cheguei no CREAS me explicaram sobre o advogado para acompanhar meu caso, e fui encaminhada para psicóloga. (VITIMA B, 2019).

Sim, me sentir acolhida, no primeiro momento eu só consegui falar para a coordenadora do CREAS, me sentir mais segura com ela porque já conhecia ela das palestras que ela participava e sabia da sua competência, acreditando no seu trabalho. Acho que o CREAS é muito importante, por que oferece um atendimento gratuito, quando eu busquei o CREAS, eu sabia que precisava de ajuda. Eu não tinha dinheiro para pagar um psicólogo, sabia que lá iria encontrar o atendimento gratuito e isso ia me ajudar a devolver minha auto estima, e isso iria me ajudar a me afastar do meu namorado. (VITIMA B, 2019).

Sendo assim, observamos que o Estado tem como função garantir os direitos das mulheres a uma vida com exclusão de qualquer ato de violência, desta forma, perante a proporção da questão da violência doméstica:

[...] tanto em termos do alto número de mulheres atingidas quanto das consequências psíquicas, sociais e econômicas, e em resposta às recomendações do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW/ONU) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ao Estado brasileiro, o Brasil promulgou em 2006 uma lei específica para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha). A partir da Lei, os crimes devem ser julgados nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, instrumentos criados a partir dessa legislação, ou, enquanto estes não existirem, nas Varas Criminais. (BRASIL, 2011b, p. 14).

Desta forma, a universalidade dessas políticas públicas, devem garantir a essas mulheres em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais. (BRASIL, 2011b). E como fator principal, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tem como prioridades:

Ampliar e aperfeiçoar a Rede de Prevenção e Atendimento às mulheres em situação de violência (**assistência**). Garantir a implementação da Lei Maria da Penha e demais normas jurídicas nacionais e internacionais (**combate e garantia de direitos**). Promover ações de prevenção a todas as formas de

violência contra as mulheres nos espaços público e privado (**prevenção**). Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico [...]. (BRASIL, 2011b, p. 37) (Grifos do autor).

E o CREAS como unidade pertencente a esta rede de enfrentamento a violência doméstica, tem como propósito garantir a estas mulheres, atenção especializada e qualificada perante o atendimento prestado, e um serviço pautado na ética, no respeito, afim de desenvolver um trabalho de prevenção, numa perspectiva de diminuir os impactos e consequências dos fatos sob risco pessoal, social e por violação de direitos diante das situações vivenciadas tendo como finalidade, despertar nessas mulheres a sua emancipação e autonomia.

Percebemos com base na análise desses discursos, que não basta só a intervenção do Estado na garantia das políticas públicas, e na oferta dos serviços especializados de enfrentamento a essa violência. Pois, identificamos o processo de socialização como, um dos principais fatores que contribuem para a permanência dessa mulher neste ciclo de violência, de forma a legitimar o poder da dominação masculina em nossas relações sociais dificultando assim, um processo de ruptura que possa vir acontecer, fazendo prevalecer relações de força baseadas em um poder simbólico masculino apropriado de práticas cotidianas, que levam essas mulheres a reproduzirem aprendizados que incorporam uma lógica da dominação masculina, colocando-as sempre num lugar de subalternidade. Como por exemplo, a dependência econômica e a emocional, faz com que muitas mulheres permaneçam no relacionamento abusivo, por enxergar a figura masculina como uma estabilidade, um modo de sobrevivência.

Mesmo com todo o apoio institucional oferecido, muitas mulheres por não ter uma independência tanto financeira quanto emocional, acabam por obedecer as imposições colocadas pelo homem evidenciando a supremacia masculina as impedindo de se enxergar como seres que podem alcançar sua autonomia em diversos aspectos sem precisar ter a figura masculina como base de apoio perante as relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não existe mulher que gosta de apanhar. O que existe é mulher humilhada demais para denunciar, machucada demais para reagir, com medo demais para acusar e pobre demais para ir embora”.

(Autor desconhecido³)

Falar de violência doméstica é, referir-se ao machismo que traz o sexo feminino com uma objetificação, tornando as esposas e companheiras de certo modo, como alvo central dos homens a exercerem um poder de dominação perante as mesmas. Logo, essa violência traz sequelas na vida dessas mulheres de modo a se manifestarem nas formas: psicológica, física, patrimonial e moral e sexual. Temos como reflexões desta pesquisa a violência praticada contra essas mulheres pelos seus companheiros, a atuação da rede de atendimento perante as demandas de mulheres em situação de violência doméstica e, a percepção dessas vítimas diante dos fatos onde nem sempre, apresentam reações esperadas e adequadas para romper com o ciclo de violência no qual esta inserida.

A violência vem a ser invisibilizada por se expressar nas práticas cotidianas naturalizadas das relações sociais, que são decorrentes de um processo de socialização desigual no qual prioriza a supremacia masculina. E mesmo com os avanços, criação de legislações como a Lei 11.340 (BRASIL, 2006) – que dispõe de mecanismos que possam reduzir esses casos de violência, garantindo mais proteção a essas mulheres independente das suas diferenças ainda sim, muitas mulheres continuam inseridas nestes relacionamentos abusivos por conta de uma perpetuação de comportamentos estabelecidos por uma cultura patriarcal em que, a mulher é considerada objeto vulnerável a dominação masculina.

Com um dos aspectos relevantes da pesquisa, temos as formas de violência cruelmente vivenciadas por estas mulheres em seu ambiente intrafamiliar e a forma como são naturalizadas. A vista disso, a entrevista realizada com os técnicos do CREAS, Raimunda Simões de Oliveira e com as mulheres em situação de violência,

³ S.d. apud CAMPOLINA, 2015.

em algumas expressões, mostram que mesmo com o suporte garantido pelo Estado, aos serviços de prevenção e enfrentamento dessa violência, nem sempre se torna o suficiente e necessário para que elas consigam romper com o ciclo de violência que estão inseridas.

Portanto, vistos como fatores que podem despertar a autonomia dessas mulheres, de modo que consigam romper com esse relacionamento abusivo, considera-se o trabalho e o estudo, como alternativas de emancipação para um forma de “tomada de consciência para o enfrentamento da violência interpessoal. Desta forma, promovendo a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres”. (Netto et al., 2015, p.141).

Diante disso, é necessário que tanto os profissionais do CREAS, quanto da rede de atendimento a mulheres em situação de violência, estejam cada vez capacitados e busquem de garantir a essas mulheres todo o suporte necessário, afim de promover o poder de decisão sobre suas vidas e corpos se fazendo importante, discutir e conhecer todas as formas e dimensões da violência contra a mulher nos diversos âmbitos com a finalidade de fortalecer ainda mais, a efetividade das políticas públicas diante do fenômeno. Se faz necessário também, a contribuição da sociedade civil na prevenção e enfrentamento dessa violência, de modo a desconstruir todo um legado patriarcal que atribui a figura da mulher a princípios sexistas, ideológicos, racistas construídos e efetivados em nossas praticas cotidianas.

Por fim, entendemos que não há caminhos simples para lidar com a complexidade de fatores que levam a mulher a tolerar por anos ou décadas a violência sofrida, na maioria das vezes no ambiente doméstico. Por isso espera-se que este trabalho contribua para que a rede de apoio e enfrentamento a mulheres em situação de violência doméstica do município, entenda a importância da efetividade desse trabalho na vida dessas mulheres, buscando medidas e soluções, que possam dar maior visibilidade a intervenção para esse fenômeno, de modo a garantir os seus direitos de proteção e suporte, viabilizando e criando estratégias de enfrentamento promovendo a essas mulheres, a percepção e a importância da necessidade de romper com ciclo de violência em que está inserida.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AQUINO, C. **Ele pode manda em mim?** Uma perspectiva da influência dos relacionamentos abusivos no ambiente escolar. Trabalho de Conclusão de Curso. Colegiado de Ciências Sociais, Cachoeira: UFRB, 2018.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. **Cadernos Pagu**, n. 53, 13 set. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed., Rio de Janeiro, 160p. Tradução Maria Helena Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2007.

_____. Lei Nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 27 jun. 2019.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Brasil LTDA, 2011.

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contras as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. **Mulher**: Viver sem violência é direito de toda mulher. Secretaria de Políticas para as Mulheres Presidência da República, Abril/2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cachoeira**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/cachoeira/historico>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

CAMPOLINA, Thaís. **A naturalização da violência contra a mulher em frases do cotidiano**. 2015. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/blogs/ativismodesofa/naturalizacao-da-violencia-contra-mulher-em-frases-cotidiano/>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

CARNEIRO, A; FRAGA, C. **A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul**: Da violência denunciada à violência silenciada. Universidade Federal do Pampa, abr./jun. 2012.

DAMASCENO, C. **Da prevenção ao combate:** Um estudo da rede de atendimento à mulher em situação de violência no recôncavo baiano. Trabalho de conclusão de curso. Colegiado do curso de Serviço Social, Cachoeira: UFRB, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
DURIGUETTO, Maria Lúcia; ALAGOANO, Verônica Medeiros. O movimento feminista na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2018, n. 132, p. 231-251

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 432 p. Roberto machado.

GOMES, F.; ROSA, L. Os processos de protagonismo de mulheres negras no Recôncavo da Bahia: o samba de roda como mediador das relações cotidianas. **Rev. Olhares sociais/ PPGCS / UFRB**, Vol. 03. Nº. 02 – 2014.

LESSA, R. Ser Negra, Ser mulher e Ser pobre em São Gonçalo dos Campos: uma incursão pelas as hierarquias sociais. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.

MARTINEZ, S. D. T. **Violência Institucional: Violação dos Direitos Humanos da Mulher.** Palestra realizada no II Fórum de Violência contra a mulher/Presidente Prudente, 21 nov. 2008.

MATOS, A. **violência contra a mulher e saúde mental:** o olhar da equipe interdisciplinar do CAPS Ana Nery. Trabalho de conclusão de curso. Colegiado do Curso de Serviço Social, Cachoeira: UFRB, 2017.

MENEZES, C. **O papel da tenda da cidadania na execução da política de assistência social no município de Cachoeira – BA.** Trabalho de Conclusão de curso. Colegiado do Curso de Serviço Social, Cachoeira: UFRB, 2015.

MIZUNO, C.; FRAID, J. A.; CASSAB, L. A. Violência contra a mulher: Por que elas simplesmente não vão embora?. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas.** Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

MOTA, J. C. da. **Violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo: estudo em um serviço de atenção especializado.** Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública; Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde. Rio de Janeiro, 2004.

NETTO, Leônidas de Albuquerque et al. Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. **Rev. Gaúcha Enferm.** [online]. 2015, vol. 36, n. spe, p.135-142.

OLIVEIRA, João Manuel de. **A Necropolítica e as Sombras na Teoria Feminista.** Instituto Universitária de Lisboa, Portugal. Centro de Investigação e de Intervenção Social, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. 2014.

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 267-276, Set. 2014.

QUINONERO, Camila Gomes et al. Princípios e Diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. 2013.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 16, 115-136. 2001.

_____. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%AAncia%20%20%28livro%20completo%29.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SANTI, L. N.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Domestically abused Brazilian women's perceptions about support and received support in its social context. **Texto & Contexto – Enferm.**, 2010, 19: 417-24.

SANTOS, Mércia. CREAS Raimunda Simões de Oliveira. **Relatório CREAS Cachoeira - BA**. Não publicado.

SILVA, Cristina Teresa; MATA, da Luana; SILVA, Vânia Nascimento. **Movimento Feminista e Violência Contra Mulher: Conjunturas Histórias e Sociais**. S.d. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA7_ID4178_16102017202413.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: uma atividade feminina**. Dissertação de Mestrado em História-(UFBA). Salvador, 2001.

APÊNDICE A - Questionário Direcionado para Funcionários

IDENTIFICAÇÃO

Nome :

Idade :

Profissão:

Endereço :

Naturalidade :

Sexo:

1) Sabemos que o “ CREAS como órgão pertencente a rede de enfrentamento a violência contra a mulher, deve oferecer a estas mulheres um serviço pautado na ética, no respeito afim de desenvolver um trabalho de prevenção, numa perspectiva de diminuir os impactos e consequências dos fatos sob risco pessoal, social e por violação de direitos, perante as situações vivenciadas, tendo como finalidade despertar a sua emancipação e autonomia”. Gostaria de saber como essa organização em cachoeira pode contribuir para o objetivo anterior em relação as mulheres em situação de violência?

2) Quando uma mulher em situação de violência chega ao CREAS, quais são as medidas práticas adotadas pela instituição? Você poderia me expor os procedimentos das medidas tomadas?

3) A maior parte das mulheres que passam pelo CREAS conseguem fazer uma ruptura prática com o marido ou o homem que a violentou? Como você vê essa situação?

4) Para as mulheres que não conseguem fazer o processo de ruptura, na sua opinião, quais são os elementos que a impedem de fazer esse processo?

5) Você considera que os processos de não ruptura com o homem que comete o ato de violência se dá devido à: questões familiares? Questões socioeconômicas? Questões afetivas? Ou por falta de apoio institucional do Estado?

6) Até onde o Estado, ou as entidades federativas, estaduais e municipais podem agir de forma prática para impedir o ato de violência doméstica? E para proteger a mulher violentada?

7) Sabemos que através do CREAS: podem ser prevenidos, por exemplo, a perpetuação de ciclos intergeracionais de violência intrafamiliar ou até mesmo o agravamento da violência, a tal ponto que rupturas ou afastamento do convívio se mostrem as estratégias mais adequadas para assegurar proteção. Nesse sentido como é a atuação do CREAS, ela se efetiva de modo eficaz?

QUESTIONÁRIO DIRECIONANDO PARA AS MULHERES

1) Para você existe uma condição de inferioridade relacionada a costumes e comportamentos por parte do gênero que adotam um padrão de relacionamento desigual entre os homens e as mulheres?

2) Considera que comportamentos que definem o que é ser homem e o que é ser mulher internalizados em nossas praticas cotidianas, influencia a percepção e reação das vitimas a não se perceberem em situações de violência? De que forma?

3) O que você entende por violência domestica?

4) Quais os tipos e formas de violência domésticas existentes que você conhece?

5) Quais são os atos e comportamentos masculinos que são aceitáveis e considerados naturais dentro e fora de casa na sua opinião? Cite alguns.

6) Para você quais os tipos de violência são considerados mais graves? (Física – sexual – psicológica – outros)

7) Você considera que já sofreu algum tipo de violência doméstica?

8) Se sim, já pensou em romper com o relacionamento abusivo ou violento? Se não rompeu, o que você acha de ter que conviver no mesmo ambiente com uma pessoa que teria lhe violentado?

9) Para você, Quais fatores vem a impedir o rompimento com o relacionamento abusivo?

10) Você encontra em sua família o apoio necessário para romper com este ciclo? De que forma a família pode contribuir para que o vínculo com o agressor seja de tal forma evitado? Respeitando é claro a decisão da vitima de romper ou não com esse vinculo.

**PERGUNTAS PARA ACRESCENTAR NO QUESTIONÁRIO COM MULHERES
ACOMPANHADAS PELO CREAS**

- 1) Você tem conhecimento dos serviços prestados pela rede de atendimento e enfrentamento a violência contra a mulher no município? Fale um pouco sobre

- 2) Sente-se amparada com o atendimento prestado pelo CREAS do município, no que busca defender um processo de enfrentamento a violência contra a mulher?

- 3) De que forma você enxerga que o atendimento da instituição CREAS colabora para o processo de ruptura da violência sofrida?

APENDICE B - Termo de Consentimento.

TÍTULO DA PESQUISA: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER- Atuação do CREAS Raimunda Simões de Oliveira sob a demanda de violência doméstica contra a mulher, viabilizando a construção de estratégias de ruptura do ciclo de violência doméstica.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB- Coordenação de Serviço Social.

Eu _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal analisar como se dar a Atuação do CREAS Raimunda Simões de Oliveira sob a demanda de violência doméstica contra a mulher, viabilizando a construção de estratégias de ruptura do ciclo de violência doméstica.

A minha participação será registrada através da aplicação de um questionário. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão exibidos na banca do trabalho de conclusão de curso TCC, e estará disponível também na instituição onde houve a pesquisa (CREAS) estando disponíveis também na UFRB, podendo serem divulgados também em congressos, publicações científicas e/ ou publicações de modo geral .

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cachoeira, ___/___/2019

Participante - **Assinatura:** _____

Nome completo: _____

Pesquisador - **Assinatura:** _____

Nome completo: _____